

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A POLÍTICA DE AJUSTE FISCAL NO BRASIL E
SUAS CONSEQÜÊNCIAS SOCIAIS ENTRE OS ANOS
DE 2003 E 2008**

CLÁUDIA GLASIELE DO VALLE BENEVIDES

Matrícula nº: 105035572

ORIENTADORA: Prof.^a Denise Lobato Gentil

MARÇO 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A POLÍTICA DE AJUSTE FISCAL NO BRASIL E
SUAS CONSEQÜÊNCIAS SOCIAIS ENTRE OS ANOS
DE 2003 E 2008**

CLÁUDIA GLASIELE DO VALLE BENEVIDES

Matrícula nº: 105035572

ORIENTADORA: Prof.^a Denise Lobato Gentil

MARÇO 2009

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora.

A Deus, por permitir que eu chegasse até aqui.
A meus pais, pelo amor e dedicação ao longo de toda vida.
A minhas madrinhas, que sempre me apoiaram em minha formação.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto de Economia da UFRJ e a todos os seus docentes pelo curso de excelsa qualidade;

Ao Professor Eduardo Pontual Ribeiro, pela oportunidade de participar da pesquisa sobre a “Participação do idoso no mercado de trabalho e o envelhecimento populacional brasileiro”, contribuindo para minha formação acadêmica e identificação pessoal em relação à pesquisa econômica;

À Mariana Peralva pelo apoio e amizade durante toda a graduação;

À minha família e amigos pelo carinho e incentivo.

Em especial, à Professora Denise Lobato Gentil pela orientação e por sua contribuição para minha formação acadêmica.

RESUMO

Desde a década de 1990, o governo brasileiro tem como principal objetivo de política monetária a estabilidade dos preços, e, para isso, vem mantendo em altos patamares a taxa de juros básica da economia. O presente trabalho procurou mostrar que essa política de juros altos tem sido custosa demais aos resultados obtidos, pois além de não alcançar suas metas em termos de inflação desejada na maioria dos anos a que se propôs, tem imposto um gasto financeiro demasiadamente elevado, além de conter o maior crescimento da economia e, por conseguinte, todos seus benefícios.

Mostra-se, que apesar de uma melhora considerável em uma série de indicadores sociais nos últimos anos, tais indicadores ainda são muito preocupantes. Assim, é necessário que haja uma expansão e um aperfeiçoamento das políticas sociais, porém essa expansão vai de encontro com a política monetária do governo, que possui um gasto considerável com o pagamento de juros, necessitando de um ajuste fiscal nas demais áreas, visto que os gastos com juros são tidos como não-comprimíveis, e, dessa forma, comprometendo a expansão da proteção social. Assim, recursos que poderiam ser investidos em educação ou saúde, por exemplo, são direcionados ao orçamento fiscal, podendo ser utilizado para dar suporte aos gastos financeiros do governo.

Nesse sentido, a luta contra a pobreza ficaria em segundo plano, na medida em que para contrabalançar os altos gastos envolvidos com o combate à inflação temos uma política fiscal que limita os avanços da política social. Em vista disso, o trabalho ainda mostra que a política universalista dá lugar a uma política mais focada, e mais barata, condizente com o ajuste necessário nas contas públicas.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – A POLÍTICA DE AJUSTE MACROECONÔMICO.....	10
I.1 – TAXA DE JUROS: FATOR ESTABILIZADOR	10
I.2 – O ALTO PREÇO DA POLÍTICA MONETÁRIA BRASILEIRA.....	15
CAPÍTULO II – A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL	24
II.1 – PANORAMA SOCIAL.....	25
II.2 – A EVOLUÇÃO DOS GASTOS SOCIAIS	32
CAPÍTULO III – AS MEDIDAS DE AJUSTE FISCAL E A DESIGUALDADE	45
III.1 – O BAIXO GRAU DE INVESTIMENTO PÚBLICO.....	47
III.2 – EVOLUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA.....	50
III.3 – DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS	55
CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60

ÍNDICE DE GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICO 1.1: JUROS REAIS EM 2008	15
GRÁFICO 2.1: PERCENTUAL DE CRIANÇAS ENTRE 7 E 14 ANOS QUE FREQUENTAM ESCOLA E NÃO SABEM LER E ESCREVER	28
GRÁFICO 2.2: PESSOAS OCUPADAS ENTRE 5 E 17 ANOS.....	30
GRÁFICO 2.3: EVOLUÇÃO DA RENDA DOS OCUPADOS.....	31
GRÁFICO 2.4: EVOLUÇÃO NO SUPERÁVIT DA SEGURIDADE SOCIAL	34
GRÁFICO 2.5: EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR FUNÇÃO EM RELAÇÃO AOS GASTOS SOCIAIS TOTAIS	38
GRÁFICO 3.1: EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO	46
GRÁFICO 3.2: INVESTIMENTO DA UNIÃO EM PERCENTUAL DO PIB	49
GRÁFICO 3.3: CARGA TRIBUTÁRIA TOTAL EM PERCENTUAL DO PIB	51
GRÁFICO 3.4: CARGA TRIBUTÁRIA POR BASE DE INCIDÊNCIA.....	54
GRÁFICO 3.5: DESVIO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE PARA O ORÇAMENTO FISCAL.....	55
TABELA 1.1: METAS PARA INFLAÇÃO NO BRASIL	13
TABELA 1.2: GASTOS COM O PAGAMENTO DE JUROS	16
TABELA 1.3: SUPERÁVIT PRIMÁRIO E DÉFICIT NOMINAL EM PERCENTUAL DO PIB	17
TABELA 2.1: GASTO SOCIAL E FINANCEIRO	35
TABELA 2.2: GASTO SOCIAL E FINANCEIRO EM PERCENTUAL DO PIB	36

INTRODUÇÃO

O Brasil encontra-se diante de uma grande dívida social em diversas áreas. O Gasto Social efetivamente realizado não é suficiente para atender à demanda de toda a população, embora muitos afirmem que o país apresenta um volume de gastos (em percentagem do PIB) semelhante ao de países desenvolvidos.

Enquanto isso, se observa uma constante elevação do comprometimento dos recursos públicos com o pagamento de juros da dívida pública. Isso porque a Política Monetária Brasileira está focada no combate à inflação. Ou seja, a estabilidade de preços é seu objetivo central. E o instrumento preferencial dessa política é a taxa de juros, a qual é mantida em altos patamares, o que acaba comprometendo a gestão das finanças públicas. Assim, para permitir a manutenção do pagamento da despesa com os juros, tida como não-comprimível, é necessário que haja um contingenciamento dos gastos públicos em outras áreas. Não sem motivo, o equilíbrio fiscal passou a ser a meta central da política fiscal.

A necessidade de redução dos gastos veio acompanhada recorrentemente do bloqueio à universalização das políticas de saúde, educação, habitação, saneamento e cultura. O governo, diante dos problemas sociais e com a necessidade de proceder rigorosos ajustes fiscais, vem se utilizando de programas compensatórios (os “famosos” programas de transferência de renda), que se caracterizam por seus baixos custos, quando comparados com programas universais.

O objetivo geral deste trabalho é mostrar que a política de ajuste fiscal adotada pelo governo, diante da necessidade criada pelo desajuste do orçamento público provocado pelas elevadas taxas de juros, que visam controlar a inflação, está contribuindo para reduzir os gastos na área social, e, por conseguinte, no combate à desigualdade de renda. Desta forma,

tentar-se-á analisar como a política monetária restritiva adotada pelo governo federal, impossibilita maiores avanços na área social.

O trabalho é composto, além desta introdução, por três capítulos e pela conclusão:

O primeiro capítulo tentará expor a controversa posição do principal instrumento de política monetária brasileira, que é a taxa de juros, tal qual está sendo adotada em nosso país: Ao mesmo tempo em que consegue manter a estabilidade dos preços, via estabilidade no câmbio, há uma pressão sobre os gastos, que ocasiona uma desestabilização das finanças públicas.

O segundo capítulo objetiva mostrar o panorama da questão social no Brasil, a partir da análise do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007, bem como a evolução do Gasto Social entre 2003 e 2008.

O terceiro e último capítulo irá enumerar algumas das principais medidas de ajuste fiscal adotadas pelo governo e as possíveis conseqüências dessas medidas sobre a desigualdade de renda, que continua sendo um problema tão alarmante.

Por fim, na conclusão, faremos um resumo dos principais resultados alcançados no trabalho, retomando a idéia de que a política monetária assumida pelo Governo Federal visando um ajuste nas finanças públicas, diante do desajuste provocado por sua política monetária, impõe limites à melhora da situação social, contribuindo, dessa forma, para a manutenção da acentuada desigualdade de renda no país.

CAPÍTULO I – A POLÍTICA DE AJUSTE MACROECONÔMICO

Desde os anos 1990, a estabilidade dos preços é o principal objetivo da política monetária para o Governo Brasileiro. Ou seja, manter a taxa de inflação em baixos patamares é o aspecto mais relevante da estabilização macroeconômica. Para tanto, as autoridades monetárias fazem uso de elevadas taxas de juros. A questão é que estas taxas provocam um desequilíbrio no orçamento, tornando necessário um ajuste em outras áreas.

Na seção I.1 será mostrado o papel da taxa de juros no combate à inflação; Já na seção I.2, o alto gasto com a política escolhida para o combate à elevação nos preços será ressaltado. Ou seja, a mesma taxa de juros que é utilizada para o combate à inflação está ocasionando um desajuste nas contas públicas.

I.1 – Taxa de Juros: Fator Estabilizador

Em junho de 1994, em um cenário de exorbitante inflação, que já perdurava desde os anos de 1980, tinha início o Plano Real, o qual conseguiu baixar as taxas de inflação permanentemente. Porém, a estabilidade de preços entre 1995 e 1998 foi conseguida através da manutenção de uma taxa de câmbio praticamente fixa (havia apenas minidesvalorizações), que vinha deteriorando o Balanço de Pagamentos e em 1999 tornou-se insustentável, levando à desvalorização cambial.

A adoção do regime de metas inflacionárias a partir de junho de 1999 surgiu como uma alternativa à política monetária após a passagem para o regime de câmbio flutuante. No primeiro, cabe ao Banco Central conduzir a política monetária de forma a cumprir a meta inflacionária determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para os dois anos

subseqüentes, através do COPOM (Comitê de Política Monetária), que ajusta a taxa de juros básica da economia de forma a alcançar tal meta.

A maior parte dos bancos centrais, que adotaram o regime de metas de inflação, utiliza uma taxa de juros de curto prazo como instrumento principal de política. O regime de metas inflacionárias brasileiro utiliza a taxa Selic como instrumento primário de política monetária. A Selic é a taxa de juros média que incide sobre os financiamentos diários com prazo de um dia útil (overnight) lastreados por títulos públicos registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), ou seja, é a taxa de juros que equilibra o mercado de reservas bancárias. O COPOM estabelece a meta para a Selic, e cabe à mesa de operações do mercado aberto do Banco Central manter a taxa diária próxima à meta.

Em tal regime, não se pode atribuir à política monetária, cuja ação se baseia no controle de apenas um instrumento, a taxa de juros de curto prazo, metas adicionais para o câmbio ou o crescimento econômico. Porém, essas e outras variáveis econômicas são levadas em consideração na construção do cenário prospectivo para a inflação (BCB, 2007).

No Brasil, a meta para a inflação foi definida em termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE. Além da imposição de uma meta a ser cumprida pela inflação, são fixadas tolerâncias acima e abaixo da meta, são as chamadas “bandas”. De acordo com o Banco Central do Brasil (2007), a existência de uma banda permite que a autoridade monetária cumpra a meta sem que a política monetária torne-se excessivamente restritiva.

Para Cardim (2004), a partir dos argumentos do governo, tem-se que o controle da inflação se dá através de juros elevados, pois estes reduziram o crescimento dos preços porque diminuem a demanda de mercado. Pode-se concluir, então, que o sucesso antiinflacionário de nossa política monetária depende de sua capacidade de reduzir a demanda agregada, diminuindo, assim, a atividade produtiva e elevando o desemprego.

Caso o processo inflacionário tenha tido início, por exemplo, por um choque de custos (como o que aconteceu em 2002), a política de juros é impotente para reverter este choque, o que ela busca é deter a propagação deste choque pela economia, impedindo o resto dos agentes econômicos de reagir à redução de sua renda real (CARDIM, 2004).

A esta altura, é necessário deixar bem claro a importância do câmbio no controle inflacionário, pois, muito embora o governo afirme que a manutenção da inflação em baixos patamares se dá principalmente através da redução de demanda provocada pela manipulação da Selic, os anos em que a inflação foi satisfatoriamente controlada coincidem com os anos em que o câmbio apresentou-se valorizado.

Ademais, uma parcela considerável da inflação corrente “carrega” parte da inflação ocorrida no passado e isso é verificado, sobretudo nos preços administrados, ou seja, a parcela dos preços que compõem a inflação (IPCA) que se caracteriza por baixa sensibilidade à oferta e demanda (preços administrados totalizavam 29,81% do IPCA em 2008, de acordo com o Banco Central). Esses preços são reajustados por contratos ou por decisão de instituição pública, o que os torna pouco sensíveis às variações da taxa de juros.

E como os preços administrados são muito influenciados pela variação cambial, tem-se que a afirmação acima de que é o câmbio o grande responsável pelo controle inflacionário é corroborada (visto que a elevação dos juros não impactará tanto os preços administrados, e como estes são representativos, o controle da demanda seria basicamente o controle sobre os bens que possuem preços livres). Além disso, segundo a decomposição da inflação feita pelo Banco Central, entre 2003 e 2007 os preços administrados contribuíram com 2,092 pontos percentuais em média no IPCA, enquanto os preços livres contribuíram para este mesmo índice com 3,134 pontos percentuais. Ou seja, os preços livres tiveram maior inflação entre 2003 e 2007, apesar de serem impactados com os juros mantidos em patamares elevados.

Enquanto, os preços administrados, que sofrem pouquíssima influência dos juros tiveram inflação inferior.

Vale lembrar, ainda, que os preços de produtos comercializados internacionalmente (tradeables) representam aproximadamente 60% do IPCA, sendo que tais preços sofrem forte influência da taxa de câmbio. A acumulação de valorização da taxa de câmbio do real por dólares sem sombra de dúvidas ajudou fortemente na redução de inflação anual registrada pelo IPCA (FIESP, 2004).

Os Juros elevados atraem capitais internacionais, que mantêm o câmbio valorizado, contribuindo de duas formas para a redução dos preços internos: a moeda nacional valorizada ocasiona uma elevação nas importações, levando a uma maior concorrência com os produtos nacionais, obrigando a queda dos preços internos; Além do mais, como grande parte dos insumos dos produtos nacionais é importada, os custos de produção caem quando o câmbio fica valorizado, levando por esta via também à queda dos preços.

Analisando os dados da Tabela 1.1, abaixo, percebe-se que apesar da manutenção de uma elevada taxa de juros, entre os anos de 2003 e 2008, o IPCA só atingiu a meta estipulada nos anos de 2006 e 2007:

TABELA 1.1: METAS PARA A INFLAÇÃO NO BRASIL

<i>Ano</i>	<i>Meta</i>	<i>Banda</i>	<i>Limites</i>	<i>IPCA</i>
2003	4,00%	2,50%	1,5% -- 6,5%	9,30
2004	5,50%	2,50%	3,0% – 8,0%	7,60
2005	4,50%	2,50%	2,0% – 7,0%	5,69
2006	4,50%	2,00%	2,5% – 6,5%	3,14
2007	4,50%	2,00%	2,5% – 6,5%	4,46
2008	4,50%	2,00%	2,5% – 6,5%	5,90

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil.

Desde a adoção do regime de metas, a inflação efetiva ultrapassou o intervalo de tolerância em 2001, 2002 e 2003. Em 2004, 2005 e 2008 o IPCA ficou acima do centro da meta, mas dentro do limite superior do intervalo de tolerância.

Durante os anos de 1995 a 1998, a média do IPCA ficou em 9,7 %, sendo viesada pela inflação de 1995 que foi de 22,41%, a mais alta do período citado. Entre 1999 e 2008 (já utilizando o regime de metas inflacionárias), a média da inflação ficou em 7,1%, apesar da flutuação cambial, que permitiu a “melhora” do Balanço de Pagamentos.

Assim, a implantação de tal regime representou uma redução de apenas 2,6% na taxa de inflação. Quanto ao crescimento do PIB, o período entre 1995 e 1998 resultou em um crescimento de 2,5%, e entre 1999 e 2003 essa taxa era de 1,9%. Entre 2004 e 2008¹, o país assistiu a um crescimento extraordinário do comércio internacional que aliado com uma política de recuperação do salário mínimo e os programas sociais do Governo, provocou elevação considerável no PIB. Devido a estes fatores, a taxa de crescimento entre 1999 e 2008 ficou em 3,4%.

Os dados nos levam a conclusão de que a implantação do regime de metas no Brasil não garantiu a queda esperada da inflação. Junte-se a isso o fato do alto custo desse regime. Quando da implantação do Plano Real, as altas taxas de juros eram justificadas pela necessidade de financiamento do Balanço de Pagamentos. Com a flexibilização cambial, esperava-se que as taxas de juros reais fossem reduzidas. Porém não foi isso o que ocorreu, pois apesar de a taxa de juros real estar sendo reduzida nos últimos anos, ainda é a maior do mundo (UPTREND, 2008).

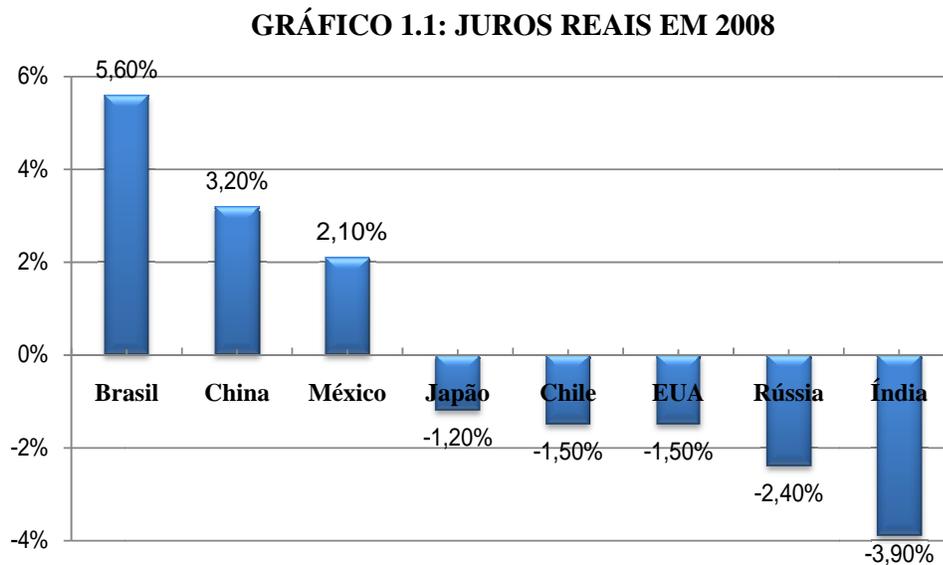
É inegável a necessidade da estabilização de preços em uma economia, porém a política monetária não pode ser feita voltada apenas para o combate à inflação. A defesa do

¹ Valor Calculado a partir da projeção de Crescimento do PIB de 5,6% divulgado pelo Banco Central do Brasil em Dezembro de 2008.

nível de atividade e o combate ao desemprego deveriam ser objetivos tão importantes de política monetária quanto à estabilidade de preços.

I.2 – O alto preço da política monetária brasileira

Segundo a UPTREND (2008), o Brasil tem a maior taxa de juros do mundo. Enquanto a média dos 40 países com maiores taxas de juros reais em 2008 foi de 0,3%, os juros reais no Brasil chegaram a 5,6%. No Gráfico 1.1, abaixo, tem-se os juros reais em oito países selecionados:



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da UPTREND.

A manutenção de uma política de juros altos para controlar os preços faz com que o gasto com o pagamento de juros seja muito elevado. Como bem mais da metade da dívida pública federal está indexada à taxa Selic, mantê-la no nível extraordinariamente alto em que ainda se encontra estrangula o setor público e sua capacidade de investimento.

As despesas com o pagamento de juros são consideradas não-comprimíveis e causam uma pressão sobre as finanças públicas, que acabam sendo desajustadas. Ora, pode-se dizer

então que a política de juros altos, apesar de estabilizar os preços, gera um desequilíbrio das finanças públicas ao elevar de forma expressiva os gastos do governo. Na Tabela 1.2, abaixo, podemos verificar a evolução dos gastos com pagamentos de juros:

TABELA 1.2: GASTOS COM O PAGAMENTO DE JUROS¹

<i>Ano</i>	<i>Gasto com Juros</i>	<i>Juros em percentual do PIB</i>
2003	90.587	3,87%
2004	93.727	3,83%
2005	106.842	4,18%
2006	176.701	6,38%
2007	155.823	5,39%
2008	110.168	4,45% ²

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SIAFI – STN

1 – Em R\$ milhões a preços reais de 2008 (deflator: IGP-DI);

2 – Valor Calculado a partir da projeção de Crescimento do PIB de 5,6% divulgado pelo Banco Central em Dezembro de 2008.

As estatísticas da dívida pública líquida, desde a implantação do regime de metas de inflação no país, são inequívocas ao revelarem o impacto fortemente negativo da política monetária nas finanças do governo, apesar da queda dos gastos com juros nos últimos anos, em função da redução da Selic e do crescimento do PIB.

Os dados do Banco Central mostram que, em todos os anos desde a implantação do novo regime monetário, as despesas com o pagamento de juros sobre a dívida pública líquida inverteram os resultados das finanças do governo, transformando superávits fiscais primários elevados em déficits nominais (embora decrescentes nos últimos anos), a despeito do esforço de ajuste das contas públicas realizado nas três esferas de governo ser cada vez maior, como podemos visualizar na Tabela 1.3, abaixo:

**TABELA 1.3: SUPERÁVIT PRIMÁRIO E DÉFICIT NOMINAL EM
PERCENTUAL DO PIB**

<i>Ano</i>	<i>Superávit Primário</i>	<i>Déficit Nominal</i>
2003	3,89%	3,31%
2004	4,18%	2,26%
2005	4,35%	2,75%
2006	3,80%	2,86%
2007	3,91%	2,14%
2008 ¹	4,30%	1,73%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA

1 – Valor Calculado a partir da projeção de Crescimento do PIB de 5,6% divulgado pelo Banco Central em Dezembro de 2008.

A partir da análise da Tabela 1.3, acima, percebe-se que o déficit nominal vem sendo reduzido ao longo dos anos. Há, ainda, uma queda sistemática da relação dívida líquida do setor público/PIB, que chegou a 38,9% em 2008, o nível mais baixo do período analisado - a média deste indicador ficou em 46,34% entre 2003 e 2008². Em grande medida, a melhora nesses indicadores foi determinado por um cenário de extraordinário crescimento mundial desde 2004. Porém, a partir da crise deflagrada no ano passado, esse cenário de otimismo poderá mudar drasticamente, diante da fragilidade externa do país.

Dadas as características da economia brasileira, sejam elas: acentuada participação dos preços administrados; vulnerabilidade externa, que obriga a adoção de uma permanente política de atração de capitais externos via taxa de juros reais altas; e forte influência da taxa de câmbio sobre o nível geral de preços, o alcance de níveis de inflação próximos à meta só foi possível pela fixação da taxa básica de juros em patamares elevados. Dessa forma, a política monetária, quando obteve êxito em manter a inflação em níveis reduzidos, o fez deprimindo fortemente a demanda agregada e elevando a fragilidade externa (FRÓES; MODENESI; MODENESI, 2005).

² IPEADATA. O percentual para 2008 foi calculado a partir da projeção de Crescimento do PIB de 5,6% divulgado pelo Banco Central em Dezembro de 2008.

Essa política restritiva, via taxa de juros, não só afetou negativamente o produto e o emprego, como também agravou a restrição fiscal, nos três níveis de governo, tendo em vista o impacto da taxa Selic sobre o resultado das contas públicas e o endividamento público - os juros incidentes sobre a dívida pública dependem da Selic e do estoque da dívida, o qual, por sua vez, resulta do acúmulo de déficits passados (FRÓES; MODENESI; MODENESI, 2005).

Dentro desse “modelo”, a queda da taxa de juros passaria a depender de dois fatores: que os índices de inflação começassem a convergir para a meta fixada; e que a relação dívida pública/PIB no Brasil começassem a declinar – para as autoridades monetárias, com essa relação alta e em ascensão, torna-se difícil garantir a rolagem da dívida, pressionando os juros para cima (FIESP, 2005).

Juros altos para cortar a demanda e impedir a fuga de capitais, como forma de fazer a inflação convergir para a meta; e superávit primário elevado, como forma de cobrir o máximo de encargos financeiros do setor público e assim não apenas segurar os capitais como reduzir a relação dívida/PIB. Só então, os juros poderiam começar a cair, criando as condições para um crescimento maior da economia.

Há duas contradições nesse “modelo” adotado pelo Banco Central: prometem que a inflação vai baixar, mas as medidas adotadas mantêm a pressão sobre os preços; alegam que os juros vão declinar e assim estimular o crescimento da economia, mas as medidas adotadas inviabilizam a queda dos juros (SOUZA, 2006).

Segundo o economista Nilson Araújo de Souza (2006), uma política monetária apertada pode derrubar momentaneamente a inflação, à custa de uma violenta queda do mercado interno. No entanto, quedas da inflação obtidas dessa forma não se sustentam. Isso porque, ao mesmo tempo em que derrubam a demanda e assim podem segurar os preços por um tempo, os juros altos também provocam efeitos inflacionários. Em primeiro lugar, os juros altos aumentam os encargos financeiros das empresas, que buscam repassá-los para os preços.

Em segundo, acarretam o aumento das despesas financeiras do setor público e assim pressionam para cima a relação dívida/PIB. Essa situação provoca desconfiança dos que especulam com títulos públicos, podendo estimular sua fuga para o exterior, pressionando a taxa de câmbio e, por essa via, também a inflação para cima.

Se por um lado, a política monetária restritiva encarece o crédito e reduz os estímulos ao consumo. Por outro lado, a política de juros altos inibe os investimentos e, portanto, gera pressão inflacionária via redução da expansão da capacidade produtiva. Juros elevados também aumentam os custos financeiros e, como, resultado, pressionam as estruturas de custos das empresas e os preços no mercado. Nesse sentido, o Governo do Presidente Lula está trocando inflação mais alta no futuro por inflação mais baixa no presente (GONÇALVES, 2005).

A inflação no Brasil nos últimos anos tem sido determinada, em grande medida, pelos mecanismos de correção de tarifas públicas, por pressão cambial nos momentos de crise no câmbio, ataques especulativos, pelos gargalos existentes no aparelho produtivo e pelo abuso do poder econômico. A política do Banco Central age, portanto, sobre o sintoma, e não elimina as causas do processo inflacionário. O resultado do foco da taxa de juros no combate à inflação é um desempenho da economia em termos de renda, emprego e acumulação de capital bem inferior ao que poderia ser obtido caso houvesse uma reversão nessa política.

Ainda há mais um agravante: mudanças na conjuntura internacional podem provocar alterações abruptas na taxa de câmbio e, como resultado, colocar o país, mais uma vez, numa situação de grave crise cambial, forte pressão inflacionária, explosão da taxa de juros e queda do nível de atividades. No contexto dessa crise, a pressão inflacionária retorna via aumento dos custos (GONÇALVES, 2005).

Além disso, mesmo dentro da lógica do governo, há espaço para baixar mais os juros, pois a inflação vem baixando e a relação dívida líquida do setor público/PIB nunca foi tão

baixa, portanto, mesmo dentro da política monetarista, não estaria demandando juros altos; além do mais, a taxa de juros reais do Brasil é atualmente a mais alta do mundo, e, dessa forma, mesmo sendo reduzida, não há nada que indique fuga de capitais.

O que temos então é um ajuste das contas do governo que passou a depender exclusivamente da geração de um superávit primário crescente, que é constituído a partir de uma combinação de aumento da arrecadação e contenção dos gastos públicos que compromete a manutenção e a expansão da infra-estrutura, além de limitar o alcance de programas sociais.

Partindo da análise de nossa realidade, caracterizada por elevação da carga tributária, estrutura regressiva da distribuição dos impostos, redução da relação salário/lucro e redução da relação salário/juro, conclui-se que está havendo uma transferência de renda de trabalhadores e capitalistas para rentistas. Há, ainda, a redução da eficiência marginal do capital e a redução da propensão média a consumir. Com isso, ao transferir renda de trabalhadores e capitalistas que gastam para rentistas que compram, principalmente, ativos financeiros, há redução na propensão média de absorção interna (gastos de consumo, gastos públicos de custeio e investimento, e investimento privado). Introduce-se, então, um mecanismo que impede que a economia cresça consideravelmente, via transferência de renda e redução estrutural de gastos, apesar do déficit nominal, ocasionado pelo elevado montante de juros (GONÇALVES, 2006).

Quando a alta de juros, ou sua manutenção em patamares elevados, é um instrumento corriqueiro, os agentes econômicos aprendem que qualquer movimento de baixa posterior de juros pode ser passageiro, e tendem a se recusar a fazer empréstimos e aplicações a juros baixos por prazos mais longos. O risco da aplicação a prazos mais longos se torna excessivo: taxas de juros de longo prazo serão sempre muito altas hoje porque embutirão o risco de uma alta futura, porque este é o instrumento que o governo tem para combater a inflação. Assim,

torna-se complicado financiar a retomada do investimento e do crescimento nessas circunstâncias (SOUZA, 2006).

Além disso, e mais grave ainda, mesmo com a manutenção da taxa Selic em patamares altos, a política monetária não conseguiu atingir as metas de inflação na maioria dos anos em que se propôs. Enfim, dado o forte impacto da taxa de juros Selic no endividamento público (no governo federal, a participação dos títulos públicos indexados à taxa Selic chega a mais de 60%), o custo da política monetária sobre as finanças públicas ainda está excessivamente elevado, apesar das reduções na Selic dos últimos anos.

Assim como o objetivo último do regime de metas é o controle da inflação, o objetivo da política econômica é o crescimento sustentado da renda. A estabilidade monetária não é um fim em si mesmo, mas uma condição necessária ao crescimento com melhor distribuição de renda.

Não basta garantir a estabilidade da moeda, é preciso obter estabilidade com o menor custo possível porque é o crescimento econômico que justifica a adoção de qualquer regime que vise o controle da taxa de variação dos preços. O controle inflacionário é, sem dúvida, uma grande conquista do povo brasileiro. A estabilidade dos preços é condição necessária para um desenvolvimento econômico sustentável e mais igualitário. Mas, não é condição única e nem suficiente. Como vimos anteriormente, a inflação a partir de 1994 deixou de ser a grande vilã da nossa economia, porém outros fatores passaram a ser os responsáveis pela nossa instabilidade macroeconômica.

O que temos é uma política fiscal restritiva na medida em que está violentamente contra a sociedade, os trabalhadores e transfere renda para os rentistas (na medida em que promove um arrocho fiscal em áreas prioritárias para atendimento dos mais pobres). É uma política restritiva que não resolve os problemas do desequilíbrio histórico das finanças públicas, ao mesmo tempo em que agrava a distribuição da renda e trava o processo de

crescimento sustentável da produtividade e compromete a distribuição de renda e, portanto, dificulta totalmente uma trajetória minimamente sustentável do desenvolvimento. Ou seja, não temos nem a estabilização macroeconômica, nem o desenvolvimento econômico, com geração de emprego e distribuição da renda (GONÇALVES, 2006).

Fica, portanto, excluída a possibilidade de implementação de uma política fiscal ativa, que buscaria estabilizar a taxa de crescimento do PIB num patamar elevado (e, portanto, deixa-se de lado a busca pelo pleno emprego), impedindo que se materializem as condições mais propícias para um ajuste fiscal duradouro: que poderia ocorrer numa situação de crescimento econômico acelerado, com aumento da arrecadação e redução de gastos sociais - em virtude do aumento do nível de emprego (SICSÚ; VIDOTTO, 2006).

Segundo Sicsú e Vidotto (2006), qualquer alternativa fiscal que vise ao pleno emprego deve, portanto, necessariamente iniciar a reversão do quadro atual reduzindo a taxa de juros para patamares muito mais baixos do que os atuais. Com uma taxa de juros mais baixa, haveria recursos no orçamento para a prática de uma política fiscal de gastos em infraestrutura e de universalização progressiva dos gastos sociais que visariam à melhoria do bem-estar e a busca do pleno emprego.

Em síntese, o que poderia estar sendo gasto com a promoção do crescimento e com oferta de bens e serviços fundamentais é muitas vezes direcionado para o pagamento dos direitos sobre a riqueza financeirizada. É claro que não se pode negar o avanço em uma série de indicadores, como a redução do déficit nominal ou a queda da relação dívida líquida do setor público/PIB, por exemplo, mas é preciso lembrar que este cenário passou a figurar em um momento de intenso crescimento mundial. Vale mencionar também a redução na Selic nos últimos anos como um dos fatores que contribuiu para a essa melhora nos indicadores. Porém, a política ainda permanece demasiadamente restritiva.

Por mais importantes que sejam os ditos gastos sociais, entretanto, não há como escapar do fato de que só o crescimento, com redistribuição de renda, terá real eficácia na superação do quadro de desigualdade e pobreza em que uma massa da população brasileira se encontra.

CAPÍTULO II – A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Muitas vezes, dados referentes à porcentagem do PIB são utilizados para mostrar que os gastos sociais são muito elevados no Brasil. Porém, as especificidades do país são escondidas ao usar esse tipo de análise, de acordo com Gimenez (2006). Em educação, por exemplo, o Brasil investe 4,3% do PIB e a Alemanha 4,9%. Isso colocaria o gasto brasileiro em educação em níveis próximos de países desenvolvidos. Todavia, como o PIB alemão é muitas vezes superior ao do Brasil, a comparação apresentada é, no mínimo, capciosa. Na realidade, os gastos efetuados na área social estão muito aquém do necessário ao país.

No Brasil, por exemplo, somente 48% dos jovens de 15 a 17 anos estão matriculados no ensino médio. Enquanto no Chile, esse valor chega a 85% dos jovens. Há também dívida social acumulada na saúde, com a falta de 2,6 milhões de leitos hospitalares e de 84 mil médicos. Na habitação, a dívida social também é muito relevante, uma vez que há um déficit de quase 8 milhões de moradias no país. E ao ritmo que se vêm investindo recursos na reforma agrária, por exemplo, percebe-se que o país demorará 60 anos para assentar as 6,3 milhões de famílias sem terra ou com propriedade sem extensão suficiente para gerar a auto-suficiência (POCHMANN, 2005).

Neste capítulo, será mostrado que apesar dos preocupantes problemas vividos pela área social, vultosos recursos que poderiam ser destinados a essa área foram desviados para o orçamento fiscal. Na seção 2.1, mostra-se a análise feita pelo IBGE sobre os dados da PNAD de 2007 para a área social; Já na seção 2.2, a evolução dos gastos sociais e financeiros será estudada. Conclui-se que parte do superávit primário alcançado pelo governo é obtida através do direcionamento de recursos que, a princípio, seriam destinados à área social, ou seja, está havendo um comprometimento de recursos sociais na obtenção do superávit primário,

consequência do ajuste necessário nas finanças públicas, diante do enorme gasto no orçamento com a política monetária.

Assim, o governo passa a adotar Políticas Sociais “Mais Baratas”, como as famosas políticas de transferência de renda, abrindo mão de políticas universais, que são mais caras. É o verdadeiro dismantelamento de um Estado de Bem-Estar que nunca chegou a se completar no país.

II.1 – Panorama Social³

Em 2007, a taxa de mortalidade infantil no Brasil foi de 24,3 por mil nascimentos. Este número revela considerável melhora quando comparado à taxa de 30,1 por mil observada no ano de 2000, entretanto, ainda há um longo caminho a se percorrer. Essa taxa é maior nas regiões mais pobres, onde há falta de um sistema de água e esgoto. Em Cuba, só para citar um exemplo, em 2007, o índice foi de 5,3 falecimentos para cada mil nascimentos, o que revela o descalabro da saúde materno-infantil brasileira.

Apesar das melhoras nas condições de vida da população, ainda uma grande parcela não possui as condições adequadas de saneamento. Em 2007, a proporção dos domicílios que possuíam estes serviços era de 62,4%, porém entre os domicílios com rendimento familiar mensal de até meio salário mínimo *per capita* essa proporção cai para 42,0%. Este dado é relevante tendo em vista que boa parte dos óbitos infantis tem causas ligadas à falta de saneamento básico. Portanto, a melhora do nível de saneamento tem impacto direto sobre as taxas de mortalidade infantil.

³ As informações apresentadas nesta seção estão baseadas na análise realizada pelo IBGE dos dados da PNAD 2007.

O país também passou de 48,5% para 51,3% de domicílios ligados à rede coletora de esgotos entre 2000 e 2007. A distribuição do benefício, contudo, é muito desigual: no Sudeste, era 79,4%; no Norte, 9,8%. O percentual de domicílios atendidos por rede geral de abastecimento de água (83,3%) também cresceu: 0,1 ponto percentual (ou mais 1,498 milhão de unidades) em relação a 2006. Após um crescimento de 0,9 ponto percentual em relação ao ano anterior, 87,5% dos domicílios passaram a contar com o serviço de coleta de lixo. O fornecimento de energia elétrica é o serviço público que possui o maior alcance no país. Com a expansão de 0,5 ponto percentual desde 2006, 98,2% domicílios do país tinham este serviço em 2007.

A pesquisa também informa que havia 14,1 milhões de brasileiros analfabetos em 2007. Nesse indicador, com 10% de população de mais de 15 anos analfabeta, o Brasil ainda amarga índice pior que os de países bem mais pobres da América Latina e do Caribe, como Peru, Paraguai, Suriname e Bolívia. A distribuição espacial desse grupo mostrava uma concentração (52%) no Nordeste. Já os analfabetos funcionais eram 21,6% das pessoas de 15 anos ou mais de idade em 2007, contra 22,2% em 2006. Norte e Nordeste tinham as maiores taxas: 25,0% e 33,5%, respectivamente.

O rendimento familiar, como se sabe, é importante na questão do analfabetismo. No conjunto da população que vivia com rendimento familiar *per capita* de até meio salário mínimo, cerca de 18% eram analfabetos em 2007; já nas classes de rendimentos superiores a dois salários mínimos, o percentual caía para 1,4%. O fenômeno do analfabetismo também está bastante relacionado às áreas rurais. A taxa rural (23,3%) era três vezes maior que a urbana (7,6%), embora a comparação com os dados de 1997 (taxa rural de 32,0%) mostre redução expressiva.

No grupo de 0 a 6 anos de idade, 44,5% freqüentavam a escola em 2007. No subgrupo de 4 a 6 anos de idade, o percentual era de quase 78%. Já entre os adolescentes de 15 a 17

anos, somente cerca de 48% estavam cursando o ensino médio, em 2007. Nesse ano, o país registrou um recuo de 0,5% no total de estudantes com mais de quatro anos de idade (indicativo da redução no número de jovens e da evasão de estudantes do ensino médio). A região Nordeste registrou um avanço considerável, no entanto ainda possuía a menor taxa entre as regiões em 2007 (34,5%). O Sudeste tinha a melhor frequência líquida de adolescentes entre 15 e 17 anos, cerca de 58%, indicador que chegava a 66,7% no estado de São Paulo. Vista pelo rendimento familiar, a taxa de frequência líquida dos adolescentes de 15 a 17 anos mostra uma situação muito desfavorável para os 20% com menores rendimentos (28,2%) se comparada à dos 20% com maiores rendimentos (77%).

Dos jovens entre 18 e 24 anos, 30,9% freqüentavam escola. Nessa faixa etária, os estudantes deveriam estar na universidade, mas bem mais da metade (57,6%) estavam cursando o ensino fundamental, médio ou outros (pré-vestibular, supletivo ou alfabetização de adultos), enquanto 42,4% estavam em cursos de graduação ou pós-graduação (Contra 21,5% em 1997).

A defasagem série/idade no ensino fundamental é utilizada para a análise do fluxo escolar. Em 1997, o percentual de estudantes defasados era de pouco mais de 43,0%, e caiu para 25,7%, em 2007. As regiões Sul e Sudeste apresentavam, em 2007, as menores proporções, em torno de 16,0%. Chama a atenção as elevadas taxas no Norte (35,4%) e Nordeste (38,8%), que, em 2007, não atingiram os níveis do Sul e do Sudeste em 1997.

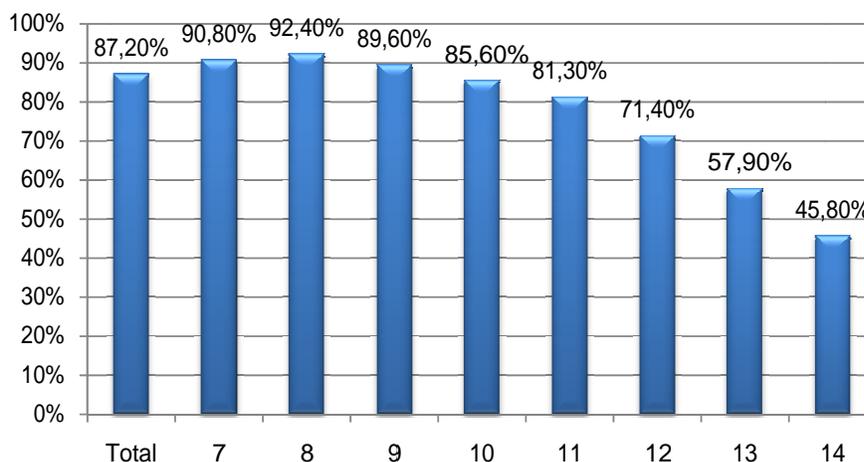
A média de anos de estudo da população de 10 a 17 anos de idade aumentou entre 1997 e 2007 para todas as faixas etárias. Entretanto, a média não atingiu os 4 anos de estudo completos para as crianças de 11 anos de idade, que de acordo com o sistema educacional, deveriam ter, no mínimo, essa escolaridade, mas apresentaram, 3,3 anos de estudo. O mesmo ocorria com as crianças de 14 anos, que apresentaram apenas 5,8 anos de estudo, quando deveriam ter, no mínimo, 7 anos. Aos 17 anos, os adolescentes brasileiros também não tinham

atingido a escolaridade esperada (10 anos de estudo), sendo a média de apenas 7,9 anos de estudo.

No conjunto da população brasileira de 15 anos ou mais, a escolaridade média, em 2007, era de 7,3 anos de estudo. Houve um aumento de 1,5 ano de estudo em relação a 1997 (5,8 anos) – o que mostra uma lenta melhora nesse indicador. As diferenças entre as áreas urbanas (7,8 anos de estudo) e rurais (4,5 anos) são marcantes.

Embora entre as crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade, faixa etária correspondente ao ensino fundamental, o ensino esteja praticamente universalizado (97,6%), os resultados da pesquisa mostram que este alto índice de frequência à escola nem sempre se traduz em qualidade do aprendizado. Entre as 28,3 milhões de crianças de 7 a 14 anos, que pela idade já teriam passado pelo processo de alfabetização, foram encontradas 2,4 milhões (8,4%) que não sabem ler e escrever. Isto não significa que estas crianças não estejam na escola: 2,1 milhões delas, ou seja, 87,2%, das que não sabiam ler e escrever frequentavam estabelecimento de ensino. Deste grupo de 2,1 milhões, 1,2 milhão vivia no Nordeste do país.

GRÁFICO 2.1: PERCENTUAL DE CRIANÇAS ENTRE 7 E 14 ANOS QUE FREQUÊNTAM ESCOLA E NÃO SABEM LER E ESCREVER



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007

Entre as crianças de 10 anos, idade adequada à 4ª série, que não sabiam ler e escrever, 85,6% destas crianças estavam na escola. Aos 14 anos, idade em que se deveria concluir o ensino fundamental, o percentual de crianças que ainda não sabe ler e escrever é menor (1,7%), o que representa 58,1 mil pessoas. Porém, quase metade destas (45,8%) estava na escola. Há de se destacar ainda, que cerca de 204,8 mil crianças de 14 anos encontram-se fora da escola, um número realmente elevado.

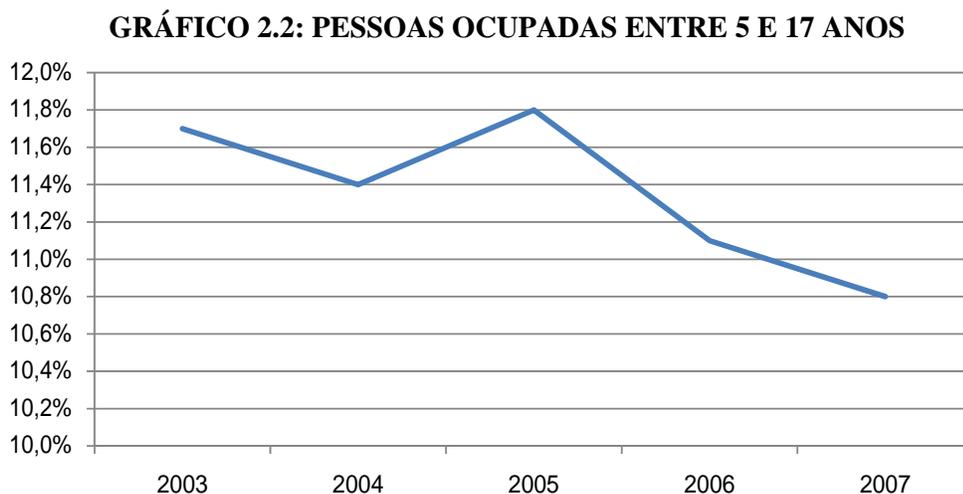
Outro problema social é a carência de habitações: mais de 7,2 milhões de residências são necessárias ainda no país para eliminar as habitações precárias ou divididas por várias famílias. Com o crescimento da economia, a melhora na renda e nas condições de crédito imobiliário observado entre os anos de 2006 e 2007, o déficit habitacional recuou pela primeira vez de forma significativa nos últimos 15 anos. A carência por moradias caiu 9,5% entre os anos de 2006 e 2007, o que representa uma redução de 754 mil domicílios no cômputo do déficit. A diminuição no déficit habitacional é resultado do surgimento de novas moradias (1,79 milhão) em número superior ao de novas famílias (1,025 milhão) entre 2006 e 2007 (FGV, 2007).

Segundo Inês Magalhães (2007), Secretária Nacional de Habitação, quase um terço dos domicílios inadequados (inclui improvisados, moradias rústicas, favelas e cortiços) são habitados por famílias com renda de até um salário mínimo, e 78,5% na faixa até três salários mínimos. Sendo assim, não há como resolver essa questão sem políticas públicas.

A saúde é outra mazela social. Segundo a FGV (2008), há um enorme déficit de médicos no Brasil: o índice no país é de um médico para 595 habitantes. Este número é quase o dobro da média mundial que é de um médico para 300 habitantes. E também é mais de três vezes superior que a média cubana, que é de um médico para 169 habitantes. O país com o pior índice é a Nigéria com cerca de um médico para 50.000. No Rio de Janeiro, há cidades com mais de 6.000 habitantes para cada médico, como por exemplo, a cidade de Belford

Roxo que possui 6.878,54 habitantes por médico. No Nordeste, a situação é pior ainda. No Piauí, a média é de 1.282 habitantes por médico, no Maranhão, 1.786 habitantes e no Pará, 1.351 habitantes para cada médico.

O trabalho infantil recuou de 11,5% para 10,8% entre 2006 e 2007, mas não há o que se comemorar, pois 4,8 milhões de crianças e adolescentes na faixa etária entre 5 e 17 anos ainda estão trabalhando. Um terço desses jovens trabalha pelo menos 40 horas semanais. Fica evidente o reflexo negativo do trabalho infantil quando se examina a taxa de escolarização: entre 2006 e 2007, no grupo de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos ela subiu, (de 93,5% para 94%), mas entre as crianças desse grupo etário que trabalhavam, a taxa caiu de 81,0% para 80,0%. No gráfico 2.2, abaixo, vemos a redução da taxa de ocupação entre as crianças e adolescentes nos últimos anos:



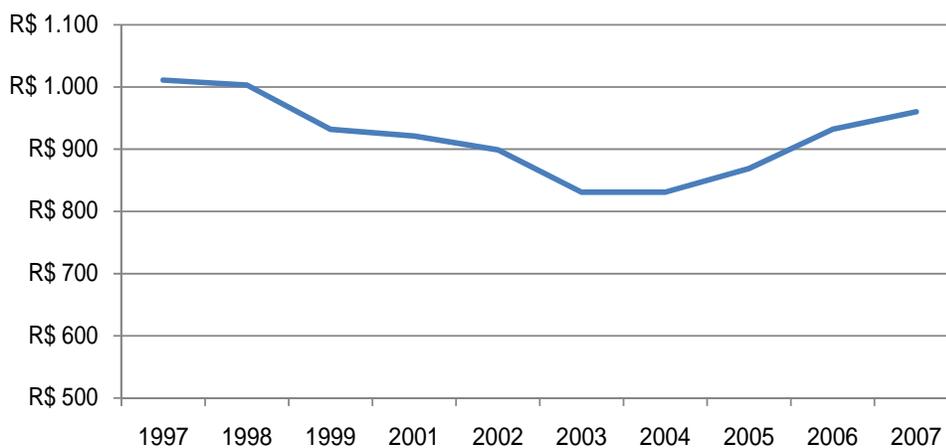
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007

No campo econômico, o índice de formalização do emprego foi recorde no ano de 2007, com 35,7% de trabalhadores com carteira assinada, o que representa 32 milhões de trabalhadores, levando a cobertura previdenciária para 50,7%. Mas 8,1 milhões de pessoas ainda estavam desempregadas e a renda e a taxa de desemprego não retornaram ainda ao nível

de 10 anos atrás. A população ocupada chegou a 90,8 milhões e cresceu 1,6% em relação a 2006. Já o número de desocupados caiu 1,8% no período, e a taxa de desocupação recuou de 8,4% para 8,2%.

Ainda segundo a PNAD 2007 (analisada pelo IBGE), os aumentos no rendimento médio real dos trabalhadores nos últimos quatro anos não foram suficientes para recuperar as perdas ocorridas entre 1996 e 2003. Em 2007, a renda média dos ocupados chegou a R\$ 960, o maior valor dos últimos oito anos, mas ainda foi 6% inferior à de 1996 (R\$ 1.023,00), ano de pico da renda na série da PNAD, iniciada em 1992. Depois, houve perdas até 2003, estabilidade em 2004 e recuperação em 2005, 2006 e 2007, como podemos ver no Gráfico 2.3, abaixo:

GRÁFICO 2.3: EVOLUÇÃO DA RENDA DOS OCUPADOS



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007

Enfim, o que observamos é que apesar de melhoras consideráveis em uma série de indicadores, o quadro social brasileiro demanda ainda grande quantidade de recursos, entretanto, o país parece ir no contra-fluxo de suas necessidades, devido a uma política de cerceamento de avanço nos gastos.

Segundo estudo realizado por um grupo de pesquisadores e coordenado pelo economista Marcio Pochmann (2005), para ter o mesmo padrão de saúde do Japão, de ensino médio do Chile ou de habitação da Dinamarca, o Brasil teria de investir R\$ 4,5 trilhões nos próximos 16 anos. Considerados oito itens necessários para a inclusão social avançada dos brasileiros, a soma sobe para R\$ 7,2 trilhões (o que representa investimentos equivalentes a 27,6% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2004, por ano, até 2020). Para um nível de inclusão social intermediário, seria preciso investir R\$ 3,8 trilhões, ou 14,5% do PIB nos próximos 16 anos.

O Chile, por exemplo, tem hoje 85% dos jovens entre 15 e 17 anos matriculados no ensino médio, já nos Estados Unidos esse índice é de 54,2% dos adolescentes. Para chegar ao patamar americano, teriam de ser construídas no país 18 mil salas de aulas para 1,8 milhão de alunos, com a contratação de 325 mil professores. Para alcançar o Chile, o número de alunos sobe para 4,9 milhões. Nesse caso, seria necessário construir mais 46.700 salas de aula (POCHMANN, 2005).

II.2 – A Evolução dos Gastos Sociais

Está havendo um aprisionamento da política macroeconômica ao combate da inflação, e para compensar o desajuste provocado pelos altos montantes gastos em juros no orçamento, o governo precisa promover um “Ajuste Fiscal”. Ora, assistimos a uma canalização do orçamento público para pagamento dos encargos da dívida. Ou seja, à Política Fiscal cabe o papel de permitir que a política monetária continue a ser utilizada como mecanismo de redução das taxas do IPCA através dos juros elevados.

Com isso, o crescimento econômico permanece asfixiado, tornando cada vez maior a pressão pelo ajuste fiscal proporcionado tanto pelo aumento da carga tributária como pelo contingenciamento do gasto público.

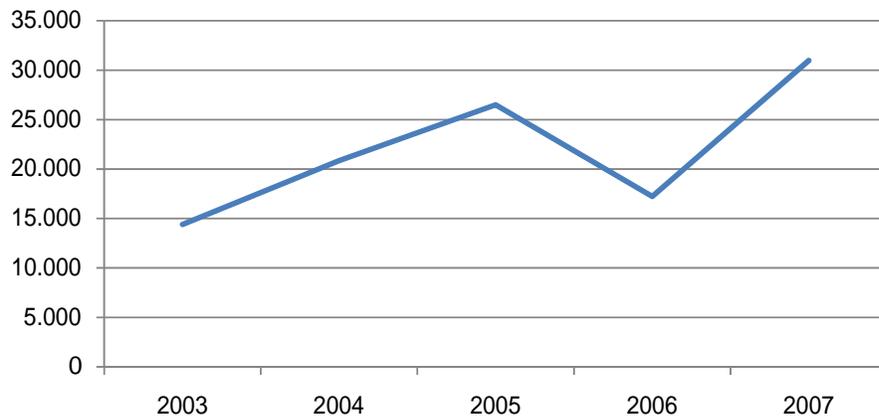
Segundo o Banco Central (2007), para derrubar a relação dívida líquida do setor público/PIB que sua própria política de juros altos incrementou, o governo teria que pagar um volume crescente de encargos financeiros, necessitando, para isso, de maiores superávits primários. É isso que vem ocorrendo: desde 1999, ano a ano, a relação entre o superávit primário e o PIB vem aumentando e apenas a partir de 2004, em função de melhora no cenário internacional e da redução da fragilidade externa, que observamos queda na relação dívida líquida do setor público/PIB. Para atingir esses saldos primários, o governo vem, nos últimos anos, desviando inclusive recursos que deviam ser destinados a investimentos na área social e em infra-estrutura para pagamento de juros e amortizações.

Assim, quanto maiores os juros básicos, maior o superávit primário exigido para cobrir os encargos financeiros. Ainda segundo o Banco Central (2007), caso esses superávits não sejam gerados, o governo não conseguiria rolar sua dívida, ensejando a fuga de capitais. Essa fuga de capitais provocaria uma maior procura por moeda estrangeira, forçando a taxa de câmbio para cima, o que, por sua vez, ao encarecer os produtos importados, pressionaria a inflação. Assim, os juros altos visariam não apenas conter a demanda, mas também impedir a fuga de capitais e garantir o refinanciamento da dívida pública, evitando, por essas duas vias, que a inflação escape da meta estabelecida.

No gráfico 2.4, abaixo, vemos que em todos os anos entre 2003 e 2007, houve superávit na seguridade social. Durante esse período, o somatório desse superávit chega a 110 bilhões de reais (já excetuando os recursos desviados através da DRU). Porém, ao decidir sobre a utilização desses recursos excedentes, “o governo deixou de gastá-los com serviços de saúde, previdência e assistência social, para aplicá-los no orçamento fiscal em despesas

arbitrariamente escolhidas e para o acúmulo dos superávits primários elevados nos últimos tempos” (GENTIL; MARINGONI, 2008, p.9).

GRÁFICO 2.4: EVOLUÇÃO NO SUPERÁVIT DA SEGURIDADE SOCIAL



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SRF e da SIAFI – STN

1 – Valores em R\$ milhões a preços reais de 2007 deflacionados pelo IGP-DI

Segundo Gentil e Maringoni (2008), apenas com o superávit de 2007 da seguridade social, seria possível aumentar em 75% o sistema de saúde pública ou elevar em aproximadamente três vezes transferências de renda a pessoas carentes.

A tabela 2.1, abaixo, mostra a evolução dos gastos sociais e financeiros, em valores reais (IGP-DI foi usado como deflator), entre 2003 e 2008:

TABELA 2.1: GASTO SOCIAL E FINANCEIRO¹

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Var. real (2008/2003)
Assistência Social	11.603	17.471	18.797	25.194	27.419	28.655	146,96%
Previdência Social	200.563	208.578	224.181	248.407	259.420	257.060	28,17%
Saúde	37.461	41.553	43.388	46.453	43.866	43.633	16,48%
Trabalho	13.090	13.493	15.124	19.192	21.533	21.818	66,68%
Educação e Cultura	19.929	18.723	19.839	20.912	21.474	22.437	12,58%
Habitação e Saneamento	250	713	783	1.430	44	631	152,40%
Organização Agrária	1.971	3.299	4.261	4.897	3.877	2.438	23,69%
Gasto Social	284.867	303.830	326.373	366.485	377.633	376.672	32,23%
Juros e Encargos da Dívida	90.587	93.727	106.842	176.701	155.723	110.168	21,62%
Amortização da Dívida	109.673	90.234	58.572	141.370	107.745	170.982	55,90%
Gasto Financeiro	200.260	183.961	165.414	318.071	263.468	281.150	40,39%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SIAFI – STN. Baseado na análise feita por Gentil e Maringoni (2008).

1 – Valores em R\$ milhões a preços reais de 2008 (deflacionados pelo IGP-DI).

Como se pode ver, a partir da tabela 2.1, acima, os gastos financeiros subiram entre 2003 e 2008, em valores reais, 40,39%, e nesse mesmo período o gasto social, que está incluindo importantes setores essenciais a uma massa da população, teve crescimento real inferior, de 32,23%. Os gastos com a Previdência subiram 28,17%. Já a Assistência Social obteve um crescimento considerável, de 146,96%. Enquanto que o gasto com juros e encargos e com a amortização da dívida tiveram, respectivamente, uma evolução de 21,62% e 55,90%, os gastos com educação e com saúde cresceram, respectivamente, 12,58% e 16,48% apenas.

Somente no ano de 2008, foi gasto com o pagamento de juros e encargos da dívida quase quatro vezes o que foi gasto com a Assistência Social, que inclui uma série de programas de auxílio a pessoas com insuficiência de renda. Em 2007, apenas o Bolsa Família, que está dentro da função Assistência Social, beneficiou uma população de aproximadamente 11,1 milhões de famílias. Enquanto isso, os gastos com juros, beneficiaram os interesses de 20 mil famílias (POCHMANN, 2007).

TABELA 2.2: GASTO SOCIAL E FINANCEIRO EM PERCENTUAL DO PIB¹

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Assistência Social	0,50%	0,71%	0,74%	0,91%	0,95%	1,16%
Previdência Social	8,56%	8,52%	8,78%	8,97%	8,98%	10,39%
Saúde	1,60%	1,70%	1,70%	1,68%	1,52%	1,76%
Trabalho	0,56%	0,55%	0,59%	0,69%	0,75%	0,88%
Educação e Cultura	0,85%	0,77%	0,78%	0,75%	0,74%	0,91%
Habitação e Saneamento	0,01%	0,03%	0,03%	0,05%	0,00%	0,03%
Organização Agrária	0,08%	0,13%	0,17%	0,18%	0,13%	0,10%
Gasto Social	12,15%	12,42%	12,78%	13,23%	13,07%	15,23%
Juros e Encargos da Dívida	3,87%	3,83%	4,18%	6,38%	5,39%	4,45%
Amortização da Dívida	4,68%	3,69%	2,29%	5,10%	3,73%	6,91%
Gasto Financeiro	8,54%	7,52%	6,48%	11,48%	9,12%	11,37%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SIAFI – STN. Baseado na análise feita por Gentil e Maringoni (2008).

1 – O PIB de 2008 foi calculado a partir da projeção de Crescimento de 5,6% divulgado pelo Banco Central em Dezembro de 2008.

Na tabela 2.2, acima, pode-se visualizar, os gastos efetuados como percentual do PIB. Como se pode ver, enquanto o gasto com saúde e educação ficaram, em média, em 1,66% e 0,8% do PIB, respectivamente, os gastos com juros e amortização, foram em média 4,68% e 4,4%, respectivamente.

Segundo Gentil e Maringoni (2008, p.7):

“O que se pode constatar é que o conjunto dos gastos com o sistema de Seguridade Social só se expandiu porque a Constituição Federal assegura direitos sociais e vincula as receitas de contribuições às despesas. O país gastou menos em outros setores da área social porque o avanço dos gastos financeiros limitou os recursos destinados às ações do Estado nessas áreas.”

Com a promulgação da Constituição de 1988, numa década de movimentos sociais e sindicais - com a criação do PT, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), conseguiu-se inserir na lei maior do país reivindicações históricas, dando um estatuto legal para instauração de uma Seguridade Social universal.

Porém, com a consolidação do neoliberalismo nos anos 1990 passou-se a questionar, primeiramente, a ampliação dos direitos inseridos na nova Constituição e, posteriormente, todo e qualquer direito - sempre em nome de ajustes fiscais e monetários (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007).

A partir da implantação do Plano Real, as políticas universais inscritas na Constituição foram prejudicadas com a criação de um mecanismo de desvinculação entre receitas e despesas, que passou a vigorar a partir de 1994 - permitindo, que os sucessivos governos fizessem uso de 20% do total de impostos e contribuições federais. Portanto, reduzindo, de fato, os recursos originalmente previstos para a área social. Esse mecanismo, que tomou o nome de Fundo Social de Emergência em 1994, foi mais tarde chamado de Fundo de Estabilização Fiscal e hoje é conhecido como Desvinculação de Receitas da União (DRU). Através de sucessivas medidas provisórias, todos os governos, inclusive o governo Lula, renovaram a validade desse mecanismo até fim de 2011.

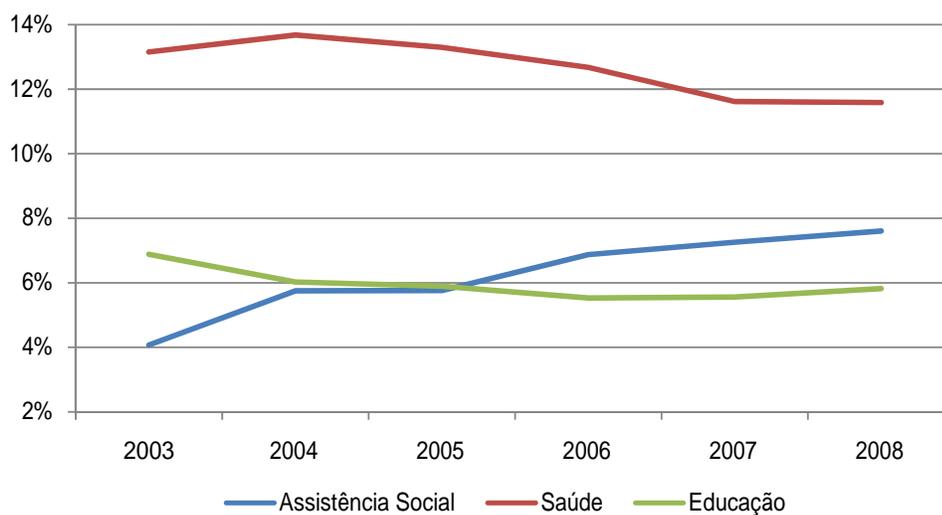
Desse modo, e em contrapartida, liberam-se recursos financeiros para serem direcionados para o pagamento da dívida pública, através da obtenção de elevados superávits fiscais primários.

Diante da necessidade de reduzir os gastos, o governo abandonou a idéia de políticas sociais universais em nome da focalização. A política social vem se transformando em uma política focalizada de combate à pobreza, que é muito mais barata que uma política social universal. Esse novo tipo de política social se articula às reformas liberais e tem por função compensar os estragos socioeconômicos promovidos pelo modelo liberal e suas políticas econômicas - baixo crescimento econômico, pobreza, elevadas taxas de desemprego, baixos rendimentos e um processo generalizado de precarização do trabalho e do trabalhador.

Uma política social apoiada num conceito de pobreza restrito, que reduz o número real de pobres, suas necessidades e o montante de recursos públicos a serem disponibilizados -

adequando-os ao permanente ajuste fiscal a que se submete o país, para garantir o pagamento da sua dívida pública. Portanto, uma política social que se define e se caracteriza por ser o complemento dos superávits fiscais primários. Uma política que transforma o cidadão portador de direitos e deveres sociais em consumidor tutelado pelo Estado, através da transferência direta de renda, e cuja participação nesses programas, subordina-se a critérios “técnicos” definidos dependendo do governante no poder e do tamanho do ajuste fiscal necessário (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007).

GRÁFICO 2.5: EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR FUNÇÃO EM RELAÇÃO AOS GASTOS SOCIAIS TOTAIS



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da STN/SIAFI

Gastos sociais universais, como saúde e educação, por exemplo, perderam, ao longo do período, participação relativa no orçamento social. Em contrapartida, os gastos com a assistência social, cujo montante tem participação fundamental do Programa Bolsa Família, passou de 4,07% dos gastos sociais em 2003 para 7,61% em 2008 - o que aponta a preocupação maior do governo Lula com a política social focalizada. Nesse mesmo intervalo, a saúde que incorporava 13,15% dos gastos sociais, em 2008 detinha 11,58% dos mesmos. A

educação, que tinha 6,88% do gasto da área social, em 2008 tinha 5,82%⁴. Essas informações podem ser mais bem visualizadas a partir do gráfico 2.5, acima.

Os recursos gastos com o programa Bolsa Família saíram de R\$ 3,5 bilhões em 2003 para R\$ 6,4 bilhões em 2005 (crescimento de 94%) e para mais de R\$ 8 bilhões em 2006 e 2007 (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007).

Os valores atuais do benefício, destinado a famílias com renda de até R\$ 120,00 por pessoa, variam de 20,00 a R\$ 182,00, de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças e adolescentes de até 17 anos. Pode ser pago por meio de três tipos de benefícios (básico, variável e variável vinculado ao adolescente).

O benefício básico, de R\$ 62,00, é pago às famílias com renda *per capita* mensal de até R\$ 60,00; o benefício variável, de R\$ 20,00, é pago às famílias com renda mensal *per capita* de até R\$ 120,00, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos - cada família pode receber até três benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 60,00; e o benefício variável vinculado ao adolescente, de R\$ 30,00, é pago a todas as famílias do programa que tenham adolescentes de 16 e 17 anos freqüentando a escola - cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou seja, até R\$ 60,00 (MDS, 2008).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, ao entrar no programa, a família se compromete a cumprir as condições do programa, tais como manter a freqüência escolar das crianças e adolescentes e cumprir os cuidados básicos em saúde. A presença na escola deve atingir 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos. Os pais também devem assumir a responsabilidade de manter constante acompanhamento do estado de saúde da criança, além de prestar informação semestralmente

⁴ Informações baseadas nos registros de despesa por função do governo federal (SIAFI –STN).

sobre o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de sete anos e pré-natal das gestantes.

O Bolsa Família, que unificou os programas sociais focalizados já existentes no governo de Fernando Henrique Cardoso (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás) e o Cartão Alimentação (do Fome Zero), teve como público potencial, em 2008, 11,2 milhões de famílias, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social.

Em suma, as famílias participantes do programa recebem uma complementação de renda de acordo com a sua renda *per capita* e o número de crianças/adolescentes que a compõem. Como se pode constatar, a linha de pobreza é estipulada a partir de um nível de renda extremamente baixo, como condição para que os recursos transferidos sejam muito limitados - por exemplo: em 2008, o valor total destinado ao Bolsa Família foi de, mais ou menos, R\$ 10,6 bilhões de reais, enquanto a previdência social rural (de forma constitucional e permanente) destinou R\$ 40 bilhões⁵ aos trabalhadores rurais aposentados - tendo eles contribuído ou não quando em atividade -, e os juros do capital financeiro atingiram mais de R\$ 110 bilhões de reais.

Portanto, o programa não se configura como de renda mínima, pois além de não ser universal, também não é constitucional e nem seu valor guarda relação com as necessidades mínimas reais de sobrevivência da família e das pessoas: o salário mínimo, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2008), deveria ser, atualmente, de aproximadamente R\$ 1.900 para uma família de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças), o que daria uma renda mínima per capita de R\$ 475,00 - mais que o triplo do valor definido como linha de pobreza pelo Bolsa Família (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007).

⁵ Segundo Ministério da Previdência Social (2009).

Atualmente, o benefício médio pago, por família, é de R\$ 85,00. Este valor, mesmo dentro da própria lógica dos programas focalizados (linhas de pobreza e indigência que subestimam as necessidades mínimas de sobrevivência), retira da pobreza uma parcela muito pequena de famílias. Segundo Lavinás (2006), a partir da análise da PNAD 2004, considerando todos os programas de transferência de renda do governo, 7 milhões de pessoas (14% do total de pobres) cruzaram a linha de pobreza e, assim mesmo, retornariam à condição anterior, imediatamente, caso os programas fossem suspensos.

De fato, mais do que o governo de Fernando Henrique Cardoso, que deu início a este tipo de política, o governo Lula levou adiante a importância político-social das mesmas no que se refere à sua função no sentido de reduzir tensões sociais no conjunto do projeto neoliberal. Para Druck e Filgueiras (2007), este é o seu objetivo essencial, pois não inclui de forma duradoura - uma vez que não tem capacidade de desarmar os mecanismos estruturais de reprodução da pobreza. De fato, apenas funcionaliza a pobreza, mantendo em permanente estado de insegurança, indigência e dependência o seu público alvo.

Não está sendo dito que o programa não alivia a pobreza, pois de fato o programa vem ajudando muitas famílias, a questão aqui é outra. Caso o programa acabe hoje, por exemplo, as famílias que deixassem de receber o auxílio voltariam à mesma condição de antes de começarem a receber a transferência de renda, pois tal programa não envolve inclusão social, não são dadas condições de trabalho a essas pessoas. A pobreza foi amenizada apenas naquele momento. Defende-se, sim, a adoção deste programa, desde que seja oferecido juntamente com programas de mudanças estruturais, que visem reduzir a pobreza definitivamente, e assim, o programa funcionaria como um auxílio enquanto as mudanças estruturais não surtiram efeito.

Mudanças estruturais só podem ocorrer de fato a partir do momento que o país oferecer uma estrutura educacional e de trabalho condizente com as necessidades de sua

população. Segundo Lavinias (2008), embora haja uma contribuição do Bolsa Família na melhora da distribuição de renda entre os trabalhadores e na redução conjuntural da pobreza, a responsabilidade maior por esses resultados se deve, fundamentalmente, aos direitos sociais básicos da seguridade social, que têm como valor de piso o salário mínimo.

O impacto, por exemplo, das aposentadorias e pensões em reduzir a pobreza mostra-se muito superior ao das demais transferências de cunho assistencialista. Enquanto estas contribuíram para reduzir em 5 pontos percentuais o número de pobres (queda de 26% para 21% em 2006), as aposentadorias e pensões provocaram uma queda de 11 pontos percentuais no nível da pobreza, em 2006 (passou de 37% para 26%). Assim, saíram da pobreza, em 2006, devido às transferências de valor vinculado ao piso previdenciário, 21 milhões de pessoas, contra 8,3 milhões de beneficiadas com programas de transferência de renda focalizados (benefícios cujo valor é uma fração bem menor do salário mínimo). A conjugação desses dois tipos de transferências reduziu o índice de pobreza em 13 pontos percentuais em 2001, em 15 pontos percentuais 2004 e em 16 pontos percentuais em 2006 (LAVINAS, 2008).

Além do mais, a renda transferida pelo Bolsa Família não se constitui num direito social, podendo ser reduzida e/ou retirada a qualquer momento, seguindo o estilo da política fiscal neoliberal, que não concorda com nenhuma vinculação orçamentária entre receita e despesa; com exceção do pagamento dos juros da dívida pública (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007).

Por outro lado, o investimento em políticas sociais universais, que atingem o conjunto da população, tem se reduzido em termos relativos, afetando dramaticamente um enorme contingente que é pobre e tem todo tipo de carências, mas que não se beneficia dos programas focalizados, porque tem uma renda acima daquela estipulada pela linha de pobreza. Esse

segmento se defronta, cotidianamente, com a deterioração e insuficiência dos serviços públicos universais.

Para Druck e Filgueiras (2007), a política social no Brasil ainda tem componentes mais permanentes, que não dependem de cada governo especificamente, com impactos sociais de longo prazo e muito maiores que o Bolsa Família. Um núcleo (direitos sociais básicos) associado à política de Estado e, portanto, ainda protegido de cortes orçamentários conjunturais e que faz parte das despesas obrigatórias, qual seja: previdência (aposentadoria e pensões dos trabalhadores) e assistência social (abono e seguro desemprego, benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e renda mensal vitalícia). Além delas, também existem outras políticas sociais básicas, de caráter setorial, em particular as de saúde e de educação, que embora sejam obrigação constitucional dos governos, inclusive com recursos vinculados no orçamento e regras específicas, não estão imunes a cortes orçamentários, conforme evidencia a existência da DRU. Na verdade, essa política social institucional, derivada do Estado e inscrita na Constituição, é um empecilho para o avanço dos programas focalizados e o aumento do superávit fiscal. Por isso, está sempre na mira dos defensores das políticas focalizadas e das iniciativas de reformar a Constituição e aprofundar o ajuste fiscal.

Em resumo, a política social do governo Lula, tal como a sua política econômica, é também de natureza liberal, coerente com o modelo econômico vigente. É perceptível a subordinação das políticas econômicas e sociais do governo à essência da lógica do capital financeiro que, para além do campo estritamente econômico, propaga-se para todas as dimensões da vida social. Neste contexto, combinam-se perfeitamente a flexibilização e precarização do trabalho e as políticas focalizadas e flexíveis de combate à pobreza. Ambas regidas pela mesma lógica, qual seja, do curto prazo, do imediatismo, de intervenções pontuais e precárias que, para não se contrapor à ordem econômica neoliberal, subordinam-se

ao reino da volatilidade, sem mudar e intervir sobre as causas estruturais dos problemas fundamentais da sociedade brasileira.

Os dados sobre o mercado de trabalho no Brasil sob o governo Lula, embora tenham melhorado muito conjunturalmente, confirmam a continuidade de uma crise estrutural de emprego com a manutenção de altas taxas de desemprego. Da mesma forma, manteve-se o alto grau de informalidade, os baixos salários e a criação de ocupações precárias. O crescimento do emprego com carteira assinada nos últimos anos resulta, sobretudo, de um quadro econômico internacional favorável às exportações brasileiras, e não de uma política de emprego. Também contribuíram para esse cenário a elevação da Formação Bruta de Capital Fixo e o dinamismo interno. Porém, diante do fim do otimismo internacional com a crise que teve início nos Estados Unidos em 2007 e se espalhou pelo mundo em 2008, não temos qualquer garantia da continuidade desse quadro.

Do ponto de vista social, os efeitos do programa Bolsa Família sobre a diminuição da pobreza e das desigualdades, não é suficientemente esclarecido, pois essa diminuição das desigualdades se deu em função de uma redistribuição da pobreza entre os próprios trabalhadores (como será ressaltado no capítulo III) e não em função de uma efetiva distribuição de renda. Não se considera que muitas vezes é o acesso a direitos sociais que garante uma posição de não pobres a expressivos segmentos da população.

Concluindo, apesar da melhora em uma série de indicadores sociais, a situação ainda demanda uma grande quantidade de recursos. Porém, avanços na área social são limitados pela política de juros altos que leva à necessidade da obtenção de superávits.

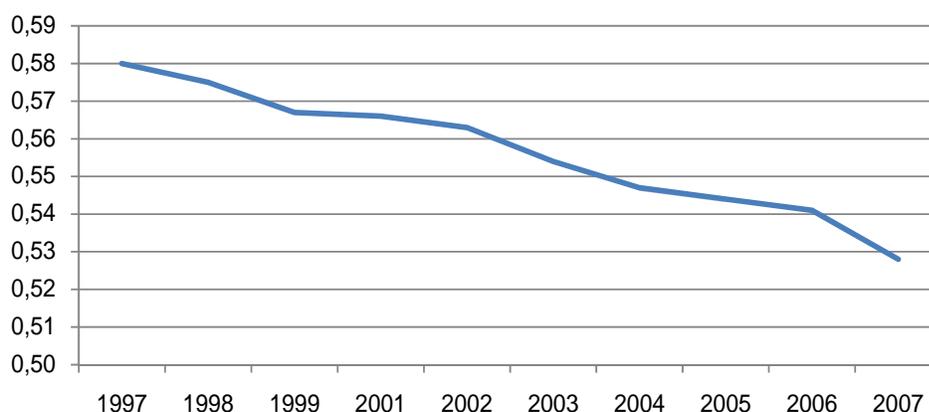
CAPÍTULO III - AS MEDIDAS DE AJUSTE FISCAL E A DESIGUALDADE

Atualmente, muito se fala que, desde 2004, a desigualdade de renda vem se reduzindo a níveis nunca antes alcançados. Mas há de se destacar que a distribuição de renda aludida se refere à distribuição pessoal ou familiar da renda, que é mais bem capturada pela PNAD, que coleta fundamentalmente os rendimentos do trabalho, pois os rendimentos do capital (principalmente os financeiros) não são captados.

Assim, para uma análise mais realista, devem-se considerar também as contas nacionais, incluindo desta forma rendimentos como lucros, aluguéis e juros. Portanto, a “considerável e nunca antes alcançada melhora” observada na distribuição de renda se deu entre os próprios trabalhadores.

A distribuição funcional da renda (rendimentos do trabalho versus rendimentos do capital), captada pela contabilidade nacional, mostra que em 2007 o salário representava pouco mais que 48,9% da renda nacional. Em 1990, esse índice era de 53,4%. Logo, apesar do Índice de Gini (ver gráfico 3.1, a seguir) ter alcançado o valor histórico mais baixo, esse valor se refere à distribuição da renda dentro da própria classe trabalhadora (DELGADO, 2008).

GRÁFICO 3.1: EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007

Entre 1990 e 1996, o percentual dos salários na renda nacional caiu 8,2%; nos anos de 1996 a 2001, houve uma elevação de 2,5%; entre 2001 e 2004, teve queda de 1,3 %; e durante 2005 e 2007, subiu, alcançando 48.9% da Renda Nacional. Na década de 1950 esse índice chegava a 56%⁶.

A diferença entre a evolução da renda total e da renda do trabalhador tem uma implicação evidente: piora da concentração de riqueza e renda. Segundo o Comunicado da Presidência do IPEA (Número 14 - Distribuição Funcional de Renda no Brasil: situação recente, 2008), considerando um cenário otimista, como o verificado entre 2004 e 2007, o salário alcançaria a mesma participação na renda nacional de 1990, em 2011, mas diante da já instalada crise econômica em 2008, essa projeção parece longe de se concretizar. Ainda segundo o mesmo comunicado, para que haja melhora geral na distribuição da renda nacional, é preciso que o aumento do peso relativo da parcela do trabalho na renda nacional ocorra ao mesmo tempo em que a desigualdade na renda entre os trabalhadores esteja diminuindo.

⁶ Segundo o Comunicado da Presidência do IPEA (Número 14 - Distribuição Funcional de Renda no Brasil: situação recente, 2008).

Então, o que temos é uma desigualdade que parece, realmente, estar sendo reduzida, mas não nos níveis extraordinários como veiculam alguns defensores das políticas restritivas. Neste capítulo iremos mostrar três medidas principais do chamado “esforço fiscal”, bem como seus possíveis impactos sobre a desigualdade de renda. Na seção 3.1, iremos analisar o baixo grau de investimento público no país; Na seção 3.2, a elevada carga tributária brasileira será estudada; E, na seção 3.3, o mecanismo de desvinculação de receitas será ressaltado.

III.1 – O baixo grau de investimento público

As taxas de variação do investimento público e do investimento privado seguiram as mesmas tendências na maior parte do tempo. Isso porque, o investimento público e privado são complementares. Os mecanismos principais de indução do investimento público sobre o investimento privado são quatro: dois sobre a demanda e dois sobre a oferta. Do lado da demanda, o investimento público ocasiona investimento privado induzido, pelo tradicional efeito do multiplicador e pela expansão e integração física do mercado interno, sobretudo através da infra-estrutura. Do lado da oferta, os serviços propiciados pelo investimento do governo reduzem os custos de produção do investimento privado e elevam a produtividade geral da economia (REIS, 2008).

A redução do investimento por parte do Estado desde os anos oitenta, notadamente em infra-estrutura, é um motivo importante para as menores taxas de investimento privado que se verificaram no período, afetando de forma negativa o produto interno bruto. Isso é exatamente o oposto do que ocorrera nos anos de Estado desenvolvimentista, quando as altas taxas de investimento público foram fundamentais para o crescimento.

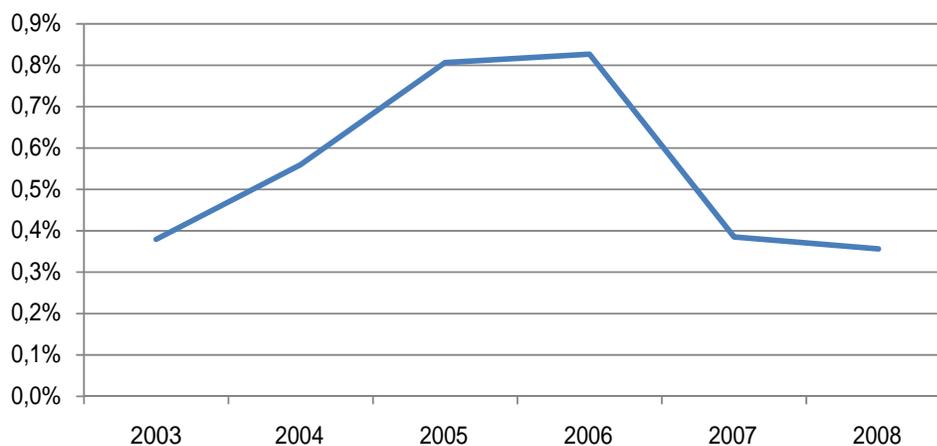
Segundo Maria Fernanda Ramos Coelho (2008), o investimento público tem seu traço mais marcante na capacidade de indução do crescimento econômico. Quando executado,

embora contabilizado como despesa de capital no orçamento público, impacta a demanda agregada por meio do efeito multiplicador sobre o consumo das famílias e sobre o investimento privado das empresas. Esse viés economicista, que fundamenta boa parte das análises sobre o investimento público, limita a compreensão do caráter social que tais investimentos representam. Principalmente, considerando-se as profundas desigualdades sociais e regionais no Brasil.

Para destacar essa perspectiva cabe lembrar que desde a década de 1980, o Estado brasileiro tem dificuldades estruturais para ampliar sua capacidade de investir. O resultado disso se expressa nos atuais gargalos de infra-estrutura, logística, segurança e educação. Contudo, a face mais preocupante dessa incapacidade se verifica, principalmente, no âmbito local e urbano. É nas periferias dos grandes centros urbanos que a ausência do Estado deixa milhares de famílias sem acesso aos serviços públicos elementares.

No debate econômico e político brasileiro, está formado um consenso de que o retardo no crescimento decorre também da baixa taxa de investimento. A grande maioria vai além e culpa especialmente o decrescente e reduzido investimento do setor público, sobretudo em infra-estrutura. A taxa de investimento ainda é muito baixa, apesar de ter apresentado considerável crescimento nos últimos anos. Em 2003, essa taxa era de 15,28% do PIB, em 2007 ficou em 17,52%, segundo dados do IPEADATA. A causa do baixo investimento privado é que o investimento público é baixo. Analisando somente os gastos da União em investimentos, percebe-se que a média de investimentos ficou em 0,55% do PIB entre 2003 e 2008, como pode ser visto no gráfico 3.2, a seguir:

GRÁFICO 3.2: INVESTIMENTO DA UNIÃO EM PERCENTUAL DO PIB¹



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SIAFI - STN

1 – PIB Calculado a partir da projeção de Crescimento de 5,6% divulgado pelo Banco Central em Dezembro de 2008.

Para mudar esse quadro, é preciso aumentar o investimento público. Isso faria com que o investimento privado crescesse. Uma maior taxa de investimento garantiria taxas maiores de crescimento do PIB. E para viabilizar a expansão do investimento público, é necessária a redução das despesas financeiras do governo, o que seria possível com um corte mais expressivo da taxa de juros. Caso uma redução considerável na taxa de juros fosse realizada, o investimento privado seria estimulado, o investimento público seria aumentado e o déficit nominal seria reduzido (SICSÚ, 2006).

O gasto que poderia ser reduzido rapidamente e que seria a fonte de financiamento do investimento público seriam as despesas financeiras do governo. Nos últimos seis anos elas ficaram em uma faixa de 9% do PIB, resultado da alta taxa de juros que o Banco Central determina. O país em que a União investe 0,5% do PIB é o mesmo em que 9% do PIB está comprometido com os gastos financeiros. Entre 2003 e 2008, a média foi de um gasto de mais de R\$ 122 bilhões por ano apenas com pagamento de juros e de R\$ 14 bilhões de investimento público da União.

Segundo Sicsú (2006), se a redução fosse feita, a taxa de juros estimularia o investimento privado, aumentaria o investimento público e reduziria o déficit nominal. Assim, a dívida cresceria muito menos, porque o déficit teria sido reduzido em função da taxa de juros, e o PIB cresceria muito mais em função dos investimentos público e privado.

Além disso, ao que tudo indica, esse quadro não mudará muito com o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado pelo governo federal nos primeiros dias de 2007. O PAC é um conjunto de medidas e metas pontuais, com muitas obras prometidas na infra-estrutura, mas sem mudar o arcabouço conceitual. O foco é elevar a lista e o montante dos projetos considerados piloto, porém mal chegando a 0,5% do PIB e apenas mudando de atitude ao passar a descontar tais gastos na apuração do superávit primário (na prática, reduziu essa meta em igual magnitude). Como meios, foram reduzidos custos de crédito bancário oficial e concedidas algumas desonerações tributárias na forma de regime especial e com alcance limitado (BIASOTO JR.; AFONSO, 2008).

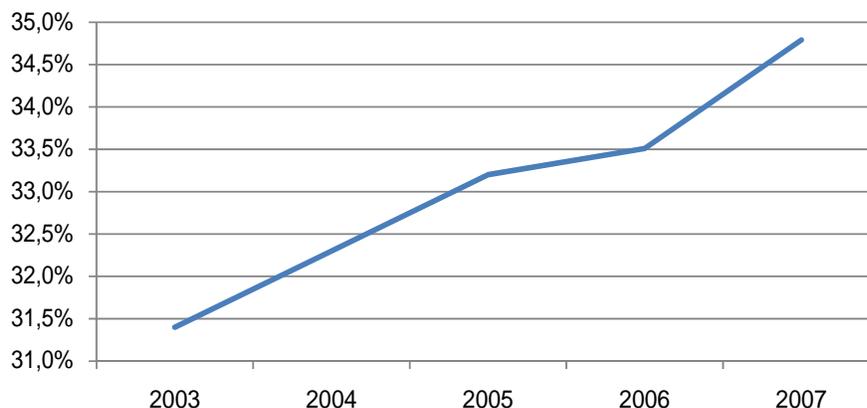
Ao ser capaz de estimular o crescimento acelerado, o investimento público poderia reduzir a desigualdade, pois o crescimento é condição necessária, ainda que não suficiente, para a redução da desigualdade. Ademais, a expansão dos gastos sociais e do emprego só será possível a partir da retomada de um crescimento acelerado. Caso contrário, parcelas cada vez menores da população terão acesso aos precários serviços públicos, já que o gasto com os juros são elevados e demandam fatias consideráveis dos gastos do governo.

III.2 – Evolução da Carga Tributária

O aumento da tributação constitui uma das principais medidas do padrão de ajuste das finanças públicas. Durante a década de 1980, a arrecadação tributária total representava cerca de 22% do PIB. Já na década de 1990, esse número passou para 27,8 % (POCHMANN,

2005). Entre os anos de 2003 e 2007, essa média ficou em 33,04 %⁷. O gráfico 3.3, abaixo, mostra a evolução da Carga tributária entre 2003 e 2007:

GRÁFICO 3.3: CARGA TRIBUTÁRIA TOTAL EM PERCENTUAL DO PIB¹



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de SRF, Carga Tributária do Brasil 2007 (2008)

Não houve modificação nas alíquotas que justifique tal elevação no período. Portanto, o incremento de carga tributária deve ser explicado como resposta a um cenário econômico favorável, repercutindo na arrecadação (SRF, 2008).

Segundo a Secretaria da Receita Federal, o efeito da expansão da massa salarial sobre o imposto de renda das pessoas físicas foi reduzido no período, já que parte dos salários situa-se abaixo do limite de isenção. Porém, o aumento da massa salarial induz ao consumo, afetando a arrecadação dos impostos indiretos. Estados e municípios, que não tributam sobre a renda, tiveram a participação em relação ao PIB praticamente igual de um ano para o outro.

O primeiro objetivo de um sistema tributário deve ser promover o desenvolvimento socioeconômico, isto é, induzir o crescimento econômico, de forma sustentável, com geração de empregos, melhor distribuição de renda, justiça social e eliminação da pobreza. Em função

⁷ SRF, Carga Tributária no Brasil 2007 (2008).

da acentuada concentração de renda e riqueza, o sistema tributário brasileiro, ainda mais do que em outros países, devia ser instrumento de redistribuição de renda e recursos, priorizando o recolhimento de tributos dos “mais ricos” e os gastos em políticas e regiões que vão beneficiar os “mais pobres” (DIEESE, 2008)

Assim, o princípio da progressividade defende que os contribuintes com maiores renda e riqueza devem contribuir relativamente mais. Em outras palavras, a carga tributária individual deve crescer mais do que proporcionalmente com a elevação dos rendimentos e do patrimônio. E para favorecer a observância do princípio da progressividade, deve-se priorizar a tributação direta e a não cumulativa.

Os tributos são classificados como diretos quando são recolhidos dos contribuintes diretamente ao poder público, sem interferência de terceiros. Normalmente, esses tributos incidem sobre a renda e o patrimônio, como o Imposto de Renda (da pessoa física e da jurídica), o IPTU, IPVA, entre outros. Tributos indiretos são aqueles recolhidos pelo produtor ou vendedor da mercadoria ou serviço, cujo preço ao consumidor inclui o valor do imposto, que, por consequência, é pago indiretamente pelo comprador. Entre os impostos indiretos no Brasil, podemos citar o IPI, ICMS e o ISS.

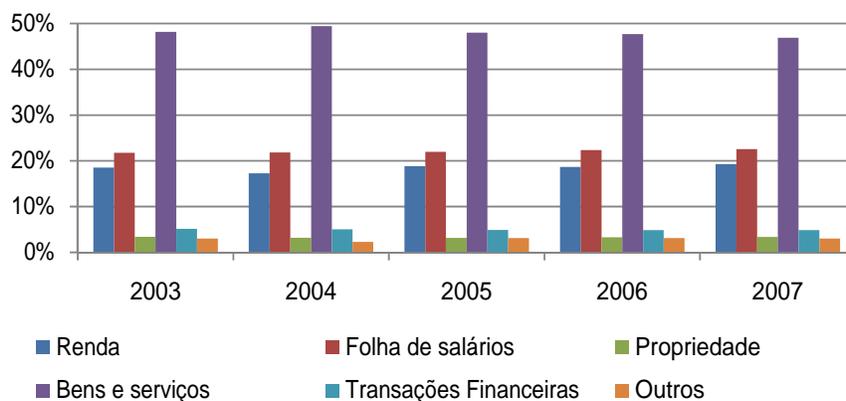
No caso dos impostos diretos, é mais fácil ajustar a carga tributária ao tamanho da renda auferida e da riqueza detida pelos contribuintes. No caso dos tributos indiretos, paga o tributo quem adquire o bem, independentemente de sua renda ou capacidade de contribuição.

Logo, impostos indiretos tendem a ser regressivos por estarem incluídos nos preços dos bens e não serem cobrados de modo diferenciado segundo a capacidade contributiva de quem os irá adquirir. Assim, o consumo da mesma quantidade de um bem por pessoas com rendas diferentes representará maior comprometimento da renda total daquele que possuir menor renda.

O sistema tributário brasileiro é fortemente baseado em impostos que incidem sobre o consumo, e a regressividade deles é agravada por, pelo menos, dois fatores. Primeiro, pelo fato de que as famílias de menores rendimentos tendem a gastar toda sua renda ou, pelo menos, uma parte maior dela com consumo de mercadorias, enquanto os mais ricos gastam relativamente mais com serviços que, no geral, são sub-tributados, e ainda possuem capacidade de poupar renda, parcela que não é atingida pela tributação indireta. Segundo, pela "incidência em cascata" de alguns dos tributos indiretos brasileiros. Ao incidir sobre o valor do bem ao final de cada etapa produtiva, o tributo indireto está incluído no preço de venda nesse ponto da cadeia de produção e vai se acumulando ao longo dela, por meio da incidência de "imposto sobre imposto". Se a alíquota for alta, boa parte do preço do bem ao consumidor final corresponderá aos tributos. Por outro lado, o tributo que incide sobre o valor adicionado em cada etapa de produção, apesar de indireto, não é cumulativo, uma vez que recai apenas sobre o que foi produzido naquela etapa da cadeia (DIEESE, 2008).

Como a base da tributação é regressiva no Brasil, pois se assenta no imposto indireto, e não apresentou mudanças significativas nos últimos anos, pode-se concluir que os quase 3,5% de elevação da carga tributária sobre o PIB, entre 2003 e 2007, incidiram prioritariamente na parcela mais pobre da população. E mesmo pagando mais impostos, os bens e serviços públicos não foram universalizados. Nesse sentido, a estrutura tributária brasileira aprofunda a desigualdade de renda no Brasil, ao invés de diminuí-la.

GRÁFICO 3.4: CARGA TRIBUTÁRIA POR BASE DE INCIDÊNCIA



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de SRF, Carga Tributária do Brasil 2007 (2008)

No gráfico 3.4, acima, temos a arrecadação tributária por base de incidência. Como podemos ver, não houve qualquer mudança entre os anos de 2003 e 2007. Durante esses anos, em média 50% do total arrecadado pelo Governo tinha como base de incidência os Bens e Serviços, e, por conseguinte, eram impostos indiretos, que agravam o problema da desigualdade de renda devido ao impacto oneroso sobre as famílias de menores rendimentos.

Por fim, cabe ressaltar que, nos últimos anos, está havendo uma descentralização do encargo federal ao mesmo tempo em que ocorre uma reconcentração da receita na União. Para citar um exemplo, em 2004 a União era responsável por 49,4% do gasto nacional com saúde, enquanto em 1994 esse percentual era de 60,7%. Porém, a transferência de 11,3% do gasto nacional em saúde para os estados e municípios não acompanhou a descentralização da receita pública. Em 2004, a União absorveu 60,1% da receita fiscal, enquanto em 1995 esse percentual foi de 56,2% (POCHMANN, 2005).

Transferir parte das despesas da União para estados e municípios, sem a conseqüente descentralização da receita fiscal disponível, mostra-se mais uma medida do padrão de ajuste fiscal das finanças públicas. Diante da ampliação da responsabilidade dos governos sub-

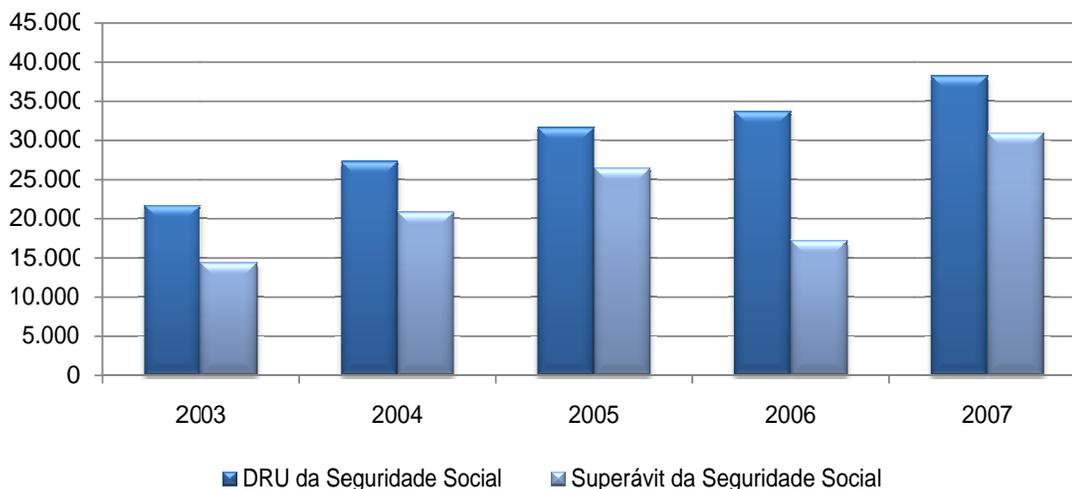
nacionais, sem contrapartida da receita fiscal disponível, a descentralização do encargo social terminou por ocorrer acompanhado, na maioria das vezes, da degradação da oferta de bens e serviços públicos, prejudicando os mais pobres, que necessitam desses serviços.

III.3 - Desvinculação de Receitas

O Plano Real veio acompanhado da prática de desvinculação de receitas como elemento fundamental de ajuste nas finanças públicas. A DRU (Desvinculação de Receitas da União), como é conhecida desde 1999, desvincula 20% das receitas públicas vinculadas a determinadas despesas.

Isso representa que 20% de gastos originalmente destinados à área social são desviados para o orçamento fiscal, podendo, dessa forma, serem gastos de forma arbitrária. No gráfico 3.5, abaixo, mostra-se os recursos desviados do orçamento da seguridade social para o orçamento fiscal, através da DRU e do superávit do orçamento da seguridade que também foi repassado para o orçamento fiscal.

GRÁFICO 3.5: DESVIO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE PARA O ORÇAMENTO FISCAL ¹



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Gentil e Marengoni (2008).
1 – Em R\$ milhões a preços reais de 2007 (deflator: IGP-DI).

Apenas em 2007, mais de 38 bilhões de reais foram desviados da Seguridade Social através da DRU. Entre 2003 e 2007, esse montante chega a mais de 152 bilhões de reais. Ainda em 2007, quase 31 bilhões de reais de superávit da seguridade (excetuando já os 20% destinados à DRU) foram destinados ao orçamento fiscal. No período de 2003 a 2007, mais de 109 bilhões de reais de superávit da seguridade foram para o orçamento fiscal.

Assim, torna-se claro o impacto negativo da DRU na questão da desigualdade, visto que ao retirar recursos das áreas sociais e direcioná-las ao orçamento fiscal e, portanto, também ao acúmulo de superávits primários, o governo está tirando recursos que iriam beneficiar os mais pobres e direcionando os mesmos às classes mais abastadas, que são os rentistas.

CONCLUSÃO

Apesar da manutenção de elevadas taxas de juros, a política monetária brasileira não garantiu a queda esperada da inflação. Junte-se a isso o fato dessa política ter imposto ao governo a necessidade de gerar crescentes superávits primários, necessários ao pagamento dos elevados montantes gastos em juros.

O resultado do foco da taxa de juros no combate à inflação foi um fraco desempenho da economia, ainda que nos últimos anos o crescimento tenha se elevado bastante (esse crescimento poderia ter sido maior se a política monetária do governo reduzisse mais os juros), resultado, principalmente, do crescimento no comércio mundial desde 2004.

O que temos é um ajuste das contas do governo que passou a depender da geração de um superávit primário, que é constituído a partir de uma combinação de aumento da arrecadação e contenção dos gastos públicos que compromete a manutenção e a expansão da infra-estrutura, além de limitar o alcance de programas sociais. Além disso, essa política elevou a fragilidade externa brasileira, ao tornar o país dependente da atração de capitais externos. Mudanças na conjuntura internacional podem provocar alterações na taxa de câmbio e, como o controle inflacionário está muito relacionado a esta variável, forte aumento nos preços, levando à elevação da taxa de juros e queda do nível de atividade.

A importância da estabilização de preços em uma economia é algo inquestionável, porém a política monetária não pode ser feita voltada apenas para o combate à inflação. A busca pela elevação do nível de atividade e o combate ao desemprego devem ser objetivos tão importantes quanto à estabilidade de preços.

Foi observado que apesar de melhoras consideráveis em uma série de indicadores, o quadro social brasileiro ainda é preocupante, necessitando de um montante bem maior de recursos, entretanto, há uma política de cerceamento de avanço nos gastos. Assim, o que

deveria estar sendo gasto com a promoção do crescimento e com oferta de bens e serviços fundamentais é muitas vezes direcionado para o pagamento dos direitos sobre a riqueza financeirizada. A política social está sendo limitada pelas restrições fiscais do governo. Recursos que deviam ser destinados à área social estão sendo desviados para o orçamento fiscal, para serem usados em despesas arbitrárias, mas, na prática, sendo utilizados principalmente para o acúmulo do superávit.

Diante da necessidade de reduzir os gastos, o governo abandonou a idéia de políticas sociais universais em nome da focalização. A política social vem se transformando em uma política focalizada de combate à pobreza, que é muito mais barata que uma política social universal. Essa política é coerente com o modelo econômico vigente de ajuste nas contas públicas.

A manutenção dos investimentos em patamares reduzidos foi outro reflexo da política de ajuste fiscal adotada. Com o orçamento limitado diante dos altos gastos com juros, o investimento público se manteve em baixos patamares, ainda que tenha apresentado considerável melhora.

A elevação da carga tributária foi de fundamental importância para a obtenção dos superávits primários, visto que ao elevar a arrecadação, houve mais recursos desviados para o orçamento fiscal. Entretanto, essa elevação da carga tributária agravou ainda mais a situação dos mais pobres, visto que no país o imposto é altamente regressivo e, nesse sentido contribuiu para a manutenção da desigualdade de renda. E mesmo pagando mais impostos, os bens e serviços públicos não foram universalizados.

A DRU, ao desviar recursos que seriam gastos em áreas sociais, contribuiu para a manutenção do nível elevado de desigualdade de renda, pois houve um direcionamento de recursos da área social, que atendem principalmente os mais pobres, para o orçamento fiscal e, dessa forma, podendo ser utilizada para a obtenção do superávit primário. Assim, o governo

está tirando recursos que iriam beneficiar os mais pobres e direcionando os mesmos às classes mais abastados, que são os rentistas.

Por mais importantes que sejam os ditos gastos sociais, entretanto, não há como escapar do fato de que só o crescimento, com redistribuição de renda, terá real eficácia na superação do quadro de desigualdade e pobreza em que uma massa da população brasileira se encontra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEM, A. C.; GIAMBIAGI, F. *Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

ANTUNES, D.J.N. Gasto Social e Desigualdade Social. *Cesit*, São Paulo, n.2, p. 32-37, set./dez. 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Decomposição da Inflação*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2008/03/ri200803b9p.pdf>>. Acesso em: 05 janeiro 2008.

_____. *Preços Administrados*. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ05-Pre%C3%A7os%20Administrados.pdf>>. Acesso em: 13 novembro 2008.

_____. *Regime de Metas para a Inflação no Brasil*. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ10-Regime%20de%20Metas%20para%20a%20Infla%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 13 novembro 2008.

BIASOTO JR, G.; AFONSO, J.R. *Investimento Público do Brasil*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a01n77.pdf>>. Acesso em: 13 janeiro 2009.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. *Carga Tributária no Brasil*. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudotributarios/estatisticas/CTB2007.pdf>>. Acesso em: 05 janeiro 2009.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. *Despesa da União por função*. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/execucao_orcamentaria_d_o_GF/Despesa_Funcao.xls>. Acesso em: 30 janeiro 2009.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. *Despesa da União por grupo*. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/execucao_orcamentaria_d_o_GF/Despesa_Grupo.xls>. Acesso em: 30 janeiro 2009.

CARDIM, F. *Os custos dos juros altos*. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/os_custos_dos_juros_altos.pdf>. Acesso em: 07 dezembro 2008.

CASTRO, J.A.; DUARTE, B.C.; RIBEIRO, J.A. *Gasto social e política macroeconômica: Trajetórias e tensões no período 1995-2005*. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/633_b41176c4e5bedf7a77d2c90675ef750b.pdf?PHPSESSID=93c69bf512f15aacfd4cac3a9c>. Acesso em: 23 novembro 2008.

CORSI, F.L. *O Plano Real: um balanço crítico (1994-1998)*. Disponível em: <<http://globalization.sites.uol.com.br/oplano.htm>>. Acesso em: 13 novembro 2008.

DIEESE. *Em que sentido o sistema tributário brasileiro deve ser reformulado?* Nota técnica n.68 (2008). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notaTec68PoliticaTributaria.pdf>>. Acesso em: 19 janeiro 2009.

DRUCK, G.; FILGUEIRAS, L. *Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 07 dezembro 2008.

FIESP. *Regime de metas para inflação no Brasil*. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/download/pesquisa/regime_metas_infla%C3%A7ao.pdf>. Acesso em: 13 novembro 2008.

FRÓES, F.; MODENESI, R.; MODENESI, A. O esgotamento da política monetária. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 07 dezembro 2005. Artigo, p. B2.

GENTIL, D.L.; MARINGONI, G. A Constituição de 1988 e a seguridade social – Uma disputa em meio à financeirização do Estado. In: FONSECA, R. (Org.). *Vinte Anos da Constituição Cidadã: Avanços e Desafios da Seguridade Social*. Brasília: ANFIP, 2008.

GONÇALVES, R. *A macroeconomia de Lula*. Disponível em: <http://www.corecon-rj.org.br/artigos_det.asp?Id_artigos=24>. Acesso em: 23 novembro 2008.

_____. *A Política dos Resultados Pífios*. Disponível em: <http://www.corecon-rj.org.br/artigos_det.asp?Id_artigos=28>. Acesso em: 05 novembro 2008.

IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais – 2008*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1233&id_pagina=1>. Acesso em: 19 janeiro 2009.

IPEA. *Distribuição Funcional de Renda no Brasil*. Comunicado da Presidência do IPEA, n.14. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/08_11_11_DistribuicaoFuncional.pdf>. Acesso em: 04 fevereiro 2009.

IPEADATA. *Dívida total líquida do setor público*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1467744374&Tick=1235964105453&VAR_FUNCAO=RedirecionaFrameConteudo%28%22iframe_dados_m.htm%22%29&Mod=M>. Acesso em: 28 janeiro 2009.

_____. *Necessidade de financiamento do setor público: setor público – conceito primário*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1467744374&Tick=1235964105453&VAR_FUNCAO=RedirecionaFrameConteudo%28%22iframe_dados_m.htm%22%29&Mod=M>. Acesso em: 10 janeiro 2009.

_____. *Necessidade de financiamento do setor público: setor público – conceito nominal*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1467744374&Tick=1235964105453&VAR_FUNCAO=RedirecionaFrameConteudo%28%22iframe_dados_m.htm%22%29&Mod=M>. Acesso em: 10 janeiro 2009.

LAVINAS, L. *Inclusão e progressividade: os desafios da Seguridade Social brasileira*. Disponível em: <<http://www.nuso.org/upload/opinion/Lavinas.pdf>>. Acesso em: 15 janeiro 2009

OLIVEIRA, C.A.B. Ajuste Fiscal e Política Social. *Cesit*, São Paulo, n.2, p. 1-4, set./dez. 2005.

POCHMANN, M. Ajuste Fiscal, Desajuste Social. *Cesit*, São Paulo, n.2, p. 26-31, set./dez. 2005.

REIS, C.F.B. *O investimento público e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Disponível em: <<http://criticaeconomica.wordpress.com/2008/06/19/o-investimento-publico-e-o-desenvolvimento-economico-do-brasil%C2%A8/>>. Acesso em: 10 dezembro 2008.

SICSÚ, J. *Investimento público para crescer forte*. Entrevista ao Jornal do Commercio. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/moeda/sicsu/jornaldocomercio.pdf>>. Acesso: 07 dezembro 2008.

_____; VIDOTTO, C. *A administração fiscal no Brasil e a taxa de juros*. Disponível em: <http://www.rls.org.br/publicue/media/Sicsu_Vidotto.pdf>. Acesso em: 07 dezembro 2008.

SOUZA, N.A. *Baixar os juros para garantir crescimento sustentado*. Disponível em: <<http://www.cgtb.org.br/Artigos/artigos%201.htm>>. Acesso em: 22 outubro 2008.

VAZ, F.M. *A desigualdade de rendimentos do trabalho segundo a PNAD de 2007*. Texto para discussão do Ipea n. 1363, 2008.

UPTREND. *Ranking Mundial de Juros Reais*. Disponível em: <http://www.acionista.com.br/uptrend/111208_ranking_juros.pdf>. Acesso em: 20 fevereiro 2009.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.